



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

ANA CLARA MAGELLA DA SILVA TAYÃO

**O MARACANÃ É NOSSO?: A RELAÇÃO ENTRE O PAPEL SOCIAL DO
FUTEBOL E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DE ESTÁDIO ADOTADOS NO
CASO DO CONSÓRCIO MARACANÃ S/A**

Rio de Janeiro

2021

ANA CLARA MAGELLA DA SILVA TAYÃO

**O MARACANÃ É NOSSO?: A RELAÇÃO ENTRE O PAPEL SOCIAL DO
FUTEBOL E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DE ESTÁDIOS ADOTADOS NO
CASO DO CONSÓRCIO MARACANÃ S/A**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Luft

Rio de Janeiro

2021

CIP - Catalogação na Publicação

T236m Tayão, Ana Clara Magella da Silva
O Maracanã é nosso? : a relação entre o papel social do futebol e os novos modelos de modelos de gestão de estádios adotados no caso do Consórcio Maracanã S/A / Ana Clara Magella da Silva Tayão. -- Rio de Janeiro, 2021.
55 f.

Orientadora: Rosângela Marina Luft.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade Nacional de Direito, Instituto de Economia, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública Desenvolvimento Econômico e Social, 2021.

1. Estádio do Maracanã. 2. Futebol - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ). 3. Privatização . 4. Corpo humano - Aspectos sociais. 5. Consumo (Economia) - Aspectos sociais. I. Luft, Rosângela Marina , orient. II. Título.

ANA CLARA MAGELLA DA SILVA TAYÃO

O MARACANÃ É NOSSO?

A Relação Entre o Papel Social do Futebol e os Novos Modelos de Gestão de Estádio Adotados no Caso do Consórcio Maracanã S/A

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Apresentado em: 11/05/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Rosângela Marina Luft

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Profa. Dra. Deborah Werner

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Prof. Dr. Erick Silva Omena De Melo

Instituto de Educação - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha amada mãe, por todo apoio e incentivo durante todo o meu curso e vida, você é minha inspiração. Ao meu pai, por ter me passado o amor pelo Fluminense, e por todas as idas ao Maracanã. A minha irmã, por compartilhar e vivenciar esse amor ao clube comigo, por toda a companhia e por ter me dado o melhor presente dessa vida, Ana Luísa.

Agradeço as minhas amigas do GPDES, Amanda, Ana Luiza, Monique, Rebecca e Stéphaney, por todas as tardes na Reitoria, no prédio de letras, nos corredores e no Café. Vocês e Renatinho, nosso pacotinho, foram essenciais para eu concluir a faculdade.

As minhas amigas de vida que me acompanharam desde sempre até hoje, e por me inspirarem e incentivarem a ser sempre uma mulher incrível, independente e inteligente, assim como elas. Um agradecimento em especial a Luana, por me acompanhar de perto nesse processo do TCC e por toda a ajuda.

Um agradecimento em especial para Vitor, por compartilhar comigo o amor pelo futebol e suas manifestações, e por me acompanhar nessa vida.

Por último, agradeço a minha orientadora Rosângela que me ajudou a concretizar esse trabalho, e por todos que passaram pela minha vida nesse longo período de GPDES, e por todos os ensinamentos.

Viva a universidade pública! Viva a UFRJ!

“O jogo se transformou em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar, e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo, que não é organizado para ser jogado, mas para impedir que se jogue. A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia.”

Eduardo Galeano

“Você já entrou, alguma vez, num estádio vazio? Experimente. Pare no meio do campo, e escute. Não há nada menos vazio do que um estádio vazio. Não há nada menos mudo do que as arquibancadas sem ninguém.”

Eduardo Galeano

RESUMO

O Estádio Jornalista Mário Filho, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, completou 70 anos em 2020. Idealizado e construído para ser o maior estádio do mundo, ele vem passando por grandes reformas -discorridas no presente trabalho- ao longo de sua vida para receber grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, e tendendo à uma triste diminuição de sua capacidade e uma clara mudança de perfil dos torcedores frequentadores, com a perda de espaços populares, isso devido, principalmente, ao processo de elitização que vem sofrendo através da adoção de um novo modelo de “arena” imposto pela lógica econômica neoliberal presente nas grandes cidades urbanas. Para discutirmos isso, inicialmente foi preciso salientar a importância do futebol, como cultura, pertencimento social e direito à cidade, e por meio de análise bibliográfica apresentar seus impactos na cidade e na sociedade brasileira. Após isso, partimos para a discussão sobre as questões mais recentes envolvendo o Estádio Maracanã, como seu processo de desestatização, com a concessão ao consórcio Maracanã S/A e a recente caducidade do contrato. O objetivo do trabalho é questionar essa escolha pela privatização e o seu processo, ponderar qual é o retorno disso para o Estado do Rio de Janeiro, que arcou com os custos de todas essas reformas para depois entregar esse patrimônio cultural à iniciativa privada, e apresentar suas implicações no comportamento e relação dos torcedores com esse novo modelo de arena, que impõe uma forma de torcer que não é compatível com o perfil dos cariocas apaixonados pelo futebol.

Palavras-chave: Estádio Jornalista Mário Filho; Maracanã; Futebol; Desestatização; Privatização; Concessão; Docilização dos corpos; Controle sobre os corpos; Copa do Mundo 2014.

ABSTRACT

The Jornalista Mário Filho Stadium, located in the northern part of the city of Rio de Janeiro, completed 70 years in 2020. Conceived and built to be the largest stadium in the world, it has undergone major renovations - discussed in the present work - throughout its life to host major international events, such as the 2014 FIFA World Cup and the 2016 Olympics, and tending to a sad decrease in its capacity and a clear change in its fans profiles, with the loss of popular spaces, mainly due to the elitization process that has been undergone through the adoption of a new model of “arena” imposed by the neoliberal economic logic present in large urban cities. To discuss this, it was initially necessary to emphasize the importance of soccer, as culture, as social belonging and the right to the city, and through bibliographic analysis to present its impacts on the city and on Brazilian society. After that, we started to discuss the most recent issues involving Maracanã Stadium, such as its privatization process with the concession to the Maracanã S/A consortium and the recent expiry of the contract. The objective of this work is to question this choice for privatization and its process, to ponder what is the return of this to the State of Rio de Janeiro, which has borne the costs of all these reforms to then hand over this cultural heritage to the private sector, and to present its implications for the behavior and relationship of the fans with this new arena model, which imposes a way of cheering that is not compatible with the profile of the cariocas passionate about soccer.

Keywords: Jornalista Mário Filho Stadium; Maracanã; Soccer; Privatization; Concession; Docilization of bodies; Control over bodies; FIFA World Cup 2014.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Manchete do Jornal dos Sports, dia seguinte à inauguração do estádio municipal.	27
Figura 2 Antes e Depois (1991 e 2000) - As diferenças lado a lado.	28
Figura 3 Antes e Depois (2000 e 2007) - As diferenças lado a lado.	29
Figura 4 Torcedores lotam a geral do Maracanã.	30
Figura 5 Antes e Depois (1950 a 2013) - As diferenças lado a lado.	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Gírias advindas do futebol que são usadas no cotidiano do brasileiro.	15
Tabela 2	Diferenças, segundo Damo (1999, p.91) entre o futebol arte e o futebol europeu.	16
Tabela 3	Períodos das obras no Maracanã	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O QUE É O FUTEBOL.....	12
2.1 O futebol como manifestação cultural.....	14
2.2 O futebol como forma de pertencimento social.....	17
2.2.1 O pertencimento clubístico e a relação de torcedor.....	18
2.3 O futebol e o direito à cidade.....	19
2.4 A relevância do Estádio Maracanã.....	21
3 A IDEALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO MARACANÃ	23
3.1 Reformas já realizadas e suas implicações.....	25
4 GESTÕES DO ESTÁDIO MARACANÃ	37
4.1 A concessão ao Consórcio Maracanã S/A.....	39
4.2 A caducidade do contrato e a subconcessão do estádio.....	43
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

O Estádio Jornalista Mário Filho, popularmente conhecido como Maracanã, ou ainda carinhosamente apelidado pelos cariocas de “Maraca”, foi pensado e idealizado para ser o maior estádio do mundo e como um símbolo de grandiosidade e representação do potencial do povo brasileiro. A construção de um novo Estádio Nacional dessa magnitude nos dá a noção da importância que o futebol alcançou na cultura e na vida dos brasileiros.

Ao longo dos anos, o Maracanã passou por diversas pequenas reformas para melhorias pontuais, mas também por três grandes obras estruturais, que ocasionaram em drásticas mudanças no estádio. A relação entre os torcedores e o futebol, e a relação deles com o Maracanã não foi o fator principal que definiu essas reformas e nem as formas de gestão desse espaço.

A questão principal que pretendo discutir é como as reformas estruturais realizadas no estádio Maracanã, para a realização de eventos internacionais, acelerou uma tendência neoliberal no futebol que visa impor um modelo importado de “arena multiuso” que intenta maximizar os lucros da iniciativa privada às custas das manifestações populares brasileiras, e como isso modifica a relação dos torcedores com o estádio e o esporte em si.

Para isso, foi preciso primeiro assimilarmos essa importância do futebol. Então, no capítulo 1, apresento o caminho percorrido pelo futebol no Brasil, desde sua introdução no país até sua popularização, tornando-se o que é hoje, uma paixão nacional presente no dia-a-dia dos brasileiros. Abordou-se neste capítulo também, a ideia do futebol como uma manifestação cultural popular, como uma forma de pertencimento social, no qual mesmo com tantos diferenças e conflitos sociais presenciados no Brasil, o futebol seria um meio para construir um sentido de coletividade do país, e como direito à cidade, que se manifesta justamente através da vivência nos seus locais de manifestação, principalmente no estádio e no seu entorno.

Após o entendimento da relevância do futebol no Brasil, passamos para o que seria a substancialização de sua notoriedade, a construção do monumental Estádio Jornalista Mário Filho. Assim, no capítulo 2, me aprofundo na discussão acerca de sua idealização e construção, para depois abordar as reformas pelas quais o estádio já passou, desde sua inauguração em 1950 até a obra mais recente, em 2013, para a realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, e suas decorrentes implicações, a partir da adoção de um novo modelo de estádio, que funcionariam agora como uma “arena multiuso”.

Finalmente, no capítulo 3, serão abordadas as questões relacionadas à desestatização do Estádio Maracanã, com sua consequente concessão ao Consórcio Maracanã S/A, para sua gestão a partir do período da Copa do Mundo de 2014 e pelos próximos 35 anos. Neste último capítulo, falarei sobre as polêmicas envolvendo desde denúncias de superfaturamento das obras, decisões arbitrárias do governo a denúncias de corrupção envolvendo as empresas participantes do consórcio, durante todo esse processo de concessão até o recente decreto de caducidade do contrato, que fez com que a gestão do estádio voltasse à administração pública provisoriamente.

Para tanto, foram feitos estudos bibliográficos, incluindo-se artigos acadêmicos, dissertações, notícias e livros sobre cada um dos temas e assuntos supracitados, além de análise do contrato de parceria público-privada de concessão do Maracanã, a fim de questionar a escolha por essa concessão e suas implicações na relação entre o torcedor, o estádio e o futebol brasileiro.

2 O QUE É O FUTEBOL

Nascido na Inglaterra, em meio ao crescimento da massa operária, o “football” era um esporte de classes mais baixas do país e, conseqüentemente, estigmatizada por grupos sociais mais privilegiados. Jogado nas ruas, em meio a locais públicos das cidades, majoritariamente por gente pobre, era repreendido por ser visto como uma coisa ralé e que sempre acabava em confusão e depredação.

O futebol, com perfil competitivo e regras, chegou ao Brasil no final do século XIX e início do século XX, através de membros da colônia britânica aqui residentes, dando destaque a Charles W. Miller, brasileiro filho de ingleses, que estudava em Londres, e ao voltar ao Brasil, mais especificamente São Paulo, trouxe consigo uma bola de futebol e tratou de difundir o esporte entre seus companheiros. Ele é visto como o pioneiro do futebol no Brasil. Já no Rio de Janeiro, podemos destacar como disseminador do futebol - de modo organizado - Oscar Alfredo Cox, natural da cidade, filho de um equatoriano que trabalhava como diplomata para os ingleses e havia se radicado na capital do Brasil. Ele conheceu o esporte quando estava estudando no colégio La Chatelaine, na Suíça (GUTERMAN, 2009).

Diferentemente de como surgiu na Inglaterra, aqui no Brasil o futebol teve uma origem aristocrata, era uma atividade recreativa circunscrita à elite brasileira, que não via com bons olhos a participação das classes populares, principalmente negros e mestiços. Empregados de firmas britânicas e alguns jovens das classes mais altas brasileiras, adotaram o futebol com o desejo e o objetivo de copiar os aspectos “civilizadores” da vida europeia (MASCARENHAS, 2005, p.61).

Antes de se tornar o que é atualmente, uma paixão nacional, o futebol primeiro teve que passar por uma transformação. De uma prática elitista e amadora para um esporte popular e profissional, refletindo uma verdadeira luta de classes já existente no Brasil. Podemos dizer que seu princípio embrionário de popularização foi a própria necessidade numérica do jogo. Segundo Waldenyr Caldas (1994, p.42)

“Localizada na periferia distante, num bairro proletário, A Cia. Progresso iria estimular o futebol entre seus executivos como forma de lazer. Mas, como formar dois times para competirem se o número de funcionários graduados e interessados nesse esporte não chegava a tanto? A alternativa seria aceitar operários para completar as duas esquadras. O critério de escolha, para isso, obedecia a algumas exigências administrativas na empresa, tais

como: o desempenho profissional, o tempo de serviço e o comportamento pessoal. Surgiria, assim, o primeiro time de futebol no Brasil não inteiramente elitizado. Mas, como se vê, por questões meramente circunstanciais.”

Esta popularização e ampliação do acesso ao futebol se deu também pelo grande incentivo da imprensa nacional. A partir da Copa do Mundo de 1938, com o início da transmissão das partidas pelas emissoras de rádio, o futebol ganhou mais força, despertando assíduos admiradores, praticantes e ídolos do esporte. Já na Copa do Mundo de 1950, a novidade foi a transmissão em cores pelas emissoras de televisão, o que aumentou ainda mais o interesse pela modalidade, que é utilizada pela imprensa até hoje como um meio de propaganda, contribuindo para a construção do futebol como cultura, principalmente entre os públicos de massa (OLIVEIRA et al., 2008).

Outro grande influenciador para tornar o futebol uma paixão nacional foi a política. A modalidade foi um instrumento muito utilizado, principalmente pelo regime militar brasileiro, para associar boas campanhas da seleção brasileira com a ideia de crescimento, nacionalismo e prosperidade que tentavam transmitir à população, chegando até a interferir em escalafões dos times. A imprensa era utilizada como meio de transmissão desses ideais para o público, fazendo com que a população relacionasse a felicidade dos triunfos da seleção brasileira com seu cotidiano, ajudando o futebol a se tornar um elemento da cultura e um símbolo da nacionalidade brasileira (OLIVEIRA et al., 2008).

Segundo Helal (1996) o futebol é uma das principais fontes de identidade cultural do país, poderoso mecanismo de integração social, permitindo um sentido raro de totalidade e de identidade nacional, além de mobilizar e atrair milhões de pessoas e alterar, mesmo que momentaneamente, toda a organização do espaço público ao redor de onde ele acontece.

Para muitos, uma partida de futebol não é apenas uma disputa esportiva, de técnica, tática, habilidade e criatividade. É mais que isso, é também um espetáculo lúdico, de grande emoção, em que estão presentes todos os sentimentos e contradições humanas.

Deste modo, nos próximos capítulos tentarei elucidar o papel do futebol como manifestação cultural, como forma de pertencimento social e como forma de viver a cidade e de apropriação deste espaço público.

2.1 O futebol como manifestação cultural

O Brasil é considerado o país do futebol, este esporte é tido como um grande instrumento de manifestação da cultura nacional e como marca identitária da população brasileira. Mas podemos afirmar, conforme abordado no capítulo anterior, que essa concepção não surgiu de forma espontânea, e sim com participação da política e da imprensa brasileira para que esse status fosse alcançado, estes fatores foram essenciais para a elevação do nível de importância que o futebol possui hoje para a nossa cultura (OLIVEIRA et al., 2008).

O futebol está tão enraizado em nossa cultura, que muitos brasileiros ainda acreditam que o futebol nasceu em nosso país. Aqui nós jogamos futebol, ensinamos futebol, discutimos futebol, respiramos futebol e exportamos futebol. É uma atividade que revela nossa arte, que expressa nossa cultura e que fala do nosso jeito de ser.

O futebol se faz presente no nosso cotidiano, além de si mesmo, através da literatura, do cinema, da dramaturgia e da música. Uma das maneiras em que o futebol mais se expressa em nosso dia a dia é no vocabulário, e de uma maneira quase imperceptível, isso porque já se tornou corriqueiro (STEIN, 2015).

As expressões que nasceram nos estádios e entre os jogadores, técnicos e profissionais do esporte, o conhecido “Futebolês”, foram incorporadas no linguajar comum, levando, assim, inúmeras contribuições para a linguagem coloquial do português brasileiro. Desta forma, deu-se o surgimento de uma variante linguística a partir da globalização da prática de jogar futebol.

Neologismos¹ e expressões usadas no nosso dia a dia, como “tirar o time de campo”, “marcar contra”, “marcação cerrada”, “tirar de letra” e “show de bola”, por exemplo, são compreendidas e utilizadas por todos os falantes do português no Brasil, mesmo que em contextos não relacionados ao mundo do futebol.

¹ “Emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua ou não. Atribuição de novos sentidos a palavras já existentes na língua.”

Tabela 1: Gírias advindas do futebol que são usadas no cotidiano do brasileiro.

“futebolês”	cotidiano
bate-bola	conversa informal
bola prá frente	vamos esquecer os problemas e seguir adiante
botar para escanteio	deixar de lado, menosprezar, esquecer
chutar	arriscar, dar um palpite
chutar para o alto	deixar de lado, afastar
dar bola	dar atenção, insinuar predisposição para um namoro
dar cartão vermelho	mandar embora, livrar-se
dar um bico em	afastar, mandar para longe
embolar o meio de campo	provocar uma situação confusa ou indefinida
entrar de sola	agir rispidamente
entrar em bola dividida	entrar em situação duvidosa
estar na marca do pênalti	estar a perigo, estar correndo riscos
jogada	trama, ação
jogar para a torcida	procurar demonstrar competência (mesmo sem tê-la)
marcação homem a homem	acompanhamento a curta distância
marcar um gol de placa	fazer algo muito bem feito
matar no peito	assumir a responsabilidade
pontapé inicial	abertura, ponto de partida
pisar na bola	cometer um engano, tomar uma atitude incorreta
regra 3	substituição, troca
show de bola	muito bom, extraordinário
suar a camisa	trabalhar duro
tirar de letra	resolver uma situação com facilidade
vestir a camisa	integrar-se ao trabalho em grupo

Fonte: Mini-vocabulário “futebolês”, em O Futebol como patrimônio cultural do Brasil, de Sérgio Miranda Paz.

Um exemplo claro de neologismo é a palavra “Chutar”, que além do significado no futebol do “impulso enérgico dado com o pé para movimentar a bola”, se tornou sinônimo de arriscar, dar um palpite, de uma tentativa de acertar uma resposta sobre assunto que se desconhece ou conhece pouco. O mesmo acontece com vários termos que, literalmente, representam o que acontece dentro de campo, mas servem de metáfora para vários assuntos da vida. Isso só demonstra a importância do esporte para a cultura, e também tornam a nossa língua mais rica e viva, adaptando-se com as mudanças da sociedade (STEIN, 2015).

Ao longo do tempo, já com o futebol consolidado em nosso país, o que pudemos perceber foi uma adaptação da maneira de jogar, justamente por ser um esporte que faz parte da cultura, o futebol praticado pelo mundo apresenta características distintas.

Aqui no Brasil, por exemplo, não jogamos o futebol comum, mas sim o famoso “futebol arte”. A princípio, essa diferenciação surgiu com a intenção de

distinguir a forma como os latino-americanos e os europeus jogavam (GOMES e SAID, 2015, p.01). Para fazer oposição à concepção do “futebol força” europeu, aos poucos, a imprensa procurou um novo conceito para o futebol brasileiro, esse seria o “Futebol Arte”, que resgata alguns elementos que formam a identidade brasileira e representam a própria latinidade, como a dança, o gingado e a sedução (MAGALHÃES, 2010, p. 132).

Tabela 2: Diferenças, segundo Damo (1999, p.91) entre o futebol arte e o futebol europeu.

futebol brasileiro	futebol europeu
artístico	competitivo
espetáculo	eficiência
dionisiaco	apolíneo
barroco	clássico
intuitivo	racional
natureza	cultura
dom	aprendizado
rua	clube/escola
jogo	esporte
individual	coletivo
agilidade	rigidez
habilidade	força
malandro	caxias
candomblé/umbandismo	catolicismo/protestantismo
futebol-arte	futebol-força

Fonte: Ludopédio.

O jogador brasileiro inventou o drible², que além de ser uma forma de fugir do adversário também agrada pelo grau “artístico” de jogar. Essa ação é a que mais representa o futebol arte, a forma “gingada” de jogar que seria uma herança da capoeira (GOMES e SAID, 2015, p.01).

Utilizando um discurso já solidificado no país, a mídia reforça essa identidade brasileira através de elementos culturais presentes no futebol jogado no Brasil, que vai além de um esporte, consiste em uma manifestação social.

² Gingar o corpo, controlando a bola com o pé (no futebol, p.ex.) ou com a mão (no basquete, p . ex.), de forma a escapar das investidas do adversário.

2.2O futebol como forma de pertencimento social

O Brasil, um país marcado por uma diversidade cultural e regional muito grande, forma um palco privilegiado para o exacerbamento de conflitos sociais. Numa grande metrópole, como o Rio de Janeiro, grupos sociais distintos convivem compartilhando espaços e atividades comuns. Esta convivência, muitas vezes inevitável na formação dessas cidades, das ditas “nações novas” - como é o caso do nosso país - nem sempre é pacífica. (HELAL, 1996, pg.1)

Estas metrópoles, palco de disputas por poder, prestígio e status social experimentam, com frequência, dificuldades de integração por conta de conflitos gerados pela diversidade étnica, regional e cultural. Isto porque são compostas por uma legião de imigrantes vindos de várias partes do mundo e do país (HELAL, 1996). De acordo com Lever (1983, p.27)

A capacidade paradoxal do esporte de reforçar as divisões sociais, ao mesmo tempo em que as transcendem, faz com que o futebol, o mais popular esporte do Brasil se torne o meio perfeito de alcançar uma união mais perfeita entre grupos múltiplos. Os clubes de futebol locais publicamente sancionam e exprimem os mais profundos sentimentos da sociedade, enquanto o sucesso fenomenal da seleção nacional acentuou o orgulho de todos os brasileiros em sua cidadania.

O futebol então, seria um esporte crucial para construir um sentido de coletividade do país, seja por meio da seleção nacional, que representa o país nas competições internacionais, seja por meio de clubes locais - da mesma cidade, do mesmo Estado ou até mesmo de regiões diferentes - que ao mesmo tempo que estimula as diferenças e rivalidades, conjuntamente integra grupos sociais distintos. E, apesar de muitas vezes a rivalidade entre os clubes da mesma cidade superar a que existe entre alguns estados, em partidas da seleção brasileira todos deixam de lado as rivalidades tradicionais locais para torcer pela representação do país. (HELAL, 1996, pg. 2)

É neste universo futebolístico que conseguimos observar, apesar das diferenças socioeconômicas, raciais, religiosas e regionais, pessoas se relacionarem e se transformarem em “iguais”, através de uma forma de comunicação que os leva a abraços e conversas informais nos espaços públicos e privados da cidade. Esse

sentimento de pertencimento a uma nação e/ou a um clube, representada por meio de um esporte, faz com que, mesmo que momentaneamente, as distinções sejam deixadas de lado.

2.2.1 O pertencimento clubístico e a relação de torcedor

“O amor aos clubes é a mola propulsora dos esportes coletivos, especialmente do futebol. Ainda que tenhamos torcedores não-praticantes, é raro encontrar praticantes que não tenham seu clube do coração” (DAMO, 2001, pg.87).

A importância de pertencer a um clube de futebol pode ser dimensionada pela precocidade de sua escolha. Antes de saber andar, e até mesmo antes de nascer, alguns bebês já possuem um time para torcer, e em sua grande maioria, levarão esta escolha consigo até seus túmulos. Uma vez realizada, não consegue ser alterada facilmente, cabendo ao torcedor arcar com o ônus da sua opção (DAMO, 2001, pg.87). Trocar de clube, “virar a casaca”³, é uma falta gravíssima, capaz até de gerar dúvidas sobre o caráter de uma pessoa.

Esta escolha do “clube do coração”, faz com que os indivíduos façam parte de um universo social muito mais amplo do que apenas suas redes de sociabilidade próximas, fazendo com que se torne uma pessoa socialmente mais ativa como parte de uma totalidade, em pleno domínio público. E mesmo assim, este pertencimento é indissociável destas mesmas redes de sociabilidade próximas ao indivíduo, tais como família, vizinhos e amigos. O que observamos frequentemente é a influência dessas pessoas muito próximas nessa escolha do time, o que também é passado por gerações em famílias que já possuem alguns torcedores fanáticos.

³ Embora esteja consagrada no vocabulário esportivo, “virar casaca” é uma expressão antiga, anterior à existência do futebol. É no campo da política que está sua origem, como comentário mordaz sobre aquela versatilidade oportunista que leva algumas pessoas a mudar de convicção ao sabor das conveniências.

Segundo Damo (2001, pg. 88) “o pertencimento clubístico é uma máscara social, uma das tantas existentes nas sociedades complexas”. A partir dela, expressamos sentimentos, pontos de vista e temos algumas atitudes que talvez não tivéssemos abertura para falar e/ou fazer em outros ambientes e momentos, esses muitas vezes carregados de preconceitos. Ainda de acordo com Damo (2001, pg. 88)

Essa máscara clubística, quando vivenciada coletivamente, em espaços públicos, estabelece o anonimato individual (Toledo, 1996). Assim, pode-se xingar a polícia, os torcedores adversários e os atletas e dirigentes do próprio clube. Torcer é uma forma de participação política bastante peculiar.

Esta sensação de pertencimento à uma agremiação, esse forte sentimento de amor a um clube, faz com que os torcedores tenham uma participação extremamente ativa enquanto acompanham os jogos de futebol, ainda mais quando se trata do seu time do coração. Por isso, é raro que um torcedor vá ao estádio para “assistir” a jogos do seu clube, mas sim para participar intensamente, empurrando, torcendo, e em algumas situações, até protestando, através de vaias. Isso torna torcer um ato essencialmente participativo e político.

Findo o ritual disjuntivo⁴, os torcedores seguem o curso normal da vida. Visto sob esta perspectiva, o jogo mais parece uma fissura no tempo e, no caso dos que vão ao estádio, no espaço (DAMO, 2001, pg. 85).

2.3 O futebol e o direito à cidade

O inevitável processo de popularização do futebol e sua profissionalização fizeram com que os pequenos estádios já existentes, de caráter aristocrático⁵, se tornassem anacrônicos, gerando a necessidade de construção de novos estádios de

⁴ “Produz acontecimentos, uma realidade inicialmente aberta embora limitada estruturalmente – ganhar, perder e, em alguns poucos esportes, empatar –, mas de todo modo desconhecida até o final do evento.” (Damo, 2001, pg. 85)

⁵ Segundo Mascarenhas (2013, pg. 151), os primeiros estádios brasileiros eram destinados exclusivamente às elites, localizados nos bairros mais nobres. Eram equipamentos de pequeno porte, que apresentavam uma arquitetura mais assemelhada a um confortável teatro a céu aberto. Seu acesso era muito restrito.

grande porte. Estes equipamentos urbanos foram arquitetados exclusivamente para a prática deste esporte e são fundamentais para a reprodução de identidades sociais. Como dito por Costa (1987), os estádios são novos espaços institucionais capazes de mobilizar uma nação inteira e cada indivíduo a seu modo.

O estádio segundo Mascarenhas (2013, pg.154):

Funciona como uma centralidade periódica, capaz de acionar grande afluxo de visitantes em dias de jogos, forçando um reordenamento na gestão pública do seu entorno, para garantir segurança e acessibilidade, e gerando fugazes oportunidades comerciais e de serviços ao setor informal. (...) o estádio é uma centralidade constante, permanente na paisagem física e cultural, denso de memória e topofilia. Por seu porte e centralidade, os estádios constituem a principal expressão visível da magnitude que alcançou o futebol no Brasil e no mundo.

O futebol, além de ter os estádios - palco de disputa territorial dos torcedores - como um espaço próprio para suas atividades, acaba atuando no espaço comum da cidade. Em dias de jogo, os espaços públicos, vistos como perigosos, são transformados em espaços privados e intimistas, quando suas comemorações e manifestações sobrepujam as propriedades particulares e invadem o espaço urbano. Por exemplo, com buzinaços e vozes que saem pelas janelas dos veículos embandeirados gritando canções dos times do coração pelas ruas da cidade, além de pessoas se comunicando entre si em total excitação e frenesi ocupando os caminhos urbanos. Essas manifestações oriundas do futebol podem transformar as representações dos espaços públicos em algo mais seguro, familiar e conhecido, produzindo uma atmosfera festiva (HELAL, 1996). Esse fenômeno pode ser elucidado pela capacidade do futebol, através de sua festa, de conceber uma atmosfera de pertencimento social, mesmo com as rivalidades intrínsecas a modalidade, como citado anteriormente no presente trabalho.

Quanto ao Direito à Cidade, podemos compreendê-lo como o acesso aos equipamentos e serviços urbanos (GRAZIA, 2002, p. 16). Além disso, segundo JACOBI (1986), quer dizer direito à vida urbana, é pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro, esse direito representa acima de tudo a possibilidade de transformar o nosso dia a dia, de forma que cada habitante possa de fato habitar e participar plenamente do espaço onde vive. As reivindicações do direito à cidade vão além do direito à moradia, há

também uma demanda a favor da implementação de equipamentos coletivos públicos (BONDUKI, 1986).

Como dito anteriormente, o futebol tem a capacidade de integrar grupos sociais distintos. Isso é testemunhado fisicamente nos estádios de futebol e seus arredores, evidenciando algo que deveria ser característico da vida urbana: espaços de encontro e de convívio das diferentes classes e grupos sociais (LEFEBVRE, [1968] 2008, p. 22)

Com isso, podemos afirmar que o ato de usufruir dos estádios - equipamentos coletivos públicos - é parte do poder de exercício do direito à cidade. Esses são compreendidos como espaços de liberdade de expressão, de encontros e manifestação popularativa.

2.4 A relevância do Estádio Maracanã

Notamos então, que os estádios são microterritórios de uma cidade que traz e mantém a memória de uma comunidade, ele segue padrões que acompanham nossa história. Numa primeira fase, as construções desses estádios acompanharam o período de divulgação do esporte no Brasil, com o início das discussões sobre a necessidade das cidades brasileiras construírem esses espaços. Posteriormente, numa segunda fase, passamos pelo momento de afirmação do nacionalismo e o estádio como um instrumento para tal; então há um processo de surgimento de diversos estádios em todos os cantos do país e com dimensões grandiosas que contribuíam para uma imagem do maior e melhor país do mundo. E apenas numa terceira fase, já com um certo nível de excelência nessas produções brasileiras, temos esses estádios como referência internacional. E o exemplo mais importante e claro dessa fase é o Estádio Jornalista Mário Filho, que aparece com um espaço exclusivo para o futebol, mas que ultrapassa o esporte e serve também para o entretenimento e lazer dos indivíduos, e mostra a preocupação de estabelecer uma relação entre estádio e cidade (A.B.C.O. TAVARES, S.J. VOTRE, 2015).

Bem mais que um estádio de futebol, o Maracanã tornou-se um dos símbolos -não só turístico- do Rio de Janeiro, um verdadeiro cartão postal e um patrimônio cultural da cidade. É um espaço promotor de eventos esportivos que provoca

experiências concretas e subjetivas, é um lugar de memória no imaginário social brasileiro e uma imagem emblemática. Isso tudo revela que o Maracanã, ao longo do tempo, tornou-se uma marca de representação identitária para o povo do Rio de Janeiro e até mesmo para o brasileiro.

O próprio apelido dado ao Estádio Jornalista Mário Filho, citado por mim na Introdução e ao longo do presente trabalho, indica o grau de familiaridade e proximidade que a população desfruta com este espaço, assim como revela sua participação na vida cotidiana da cidade.

O Maraca substancializa o orgulho que o brasileiro sente por ser o melhor do mundo em alguma seara, o futebol. Tal sentimento também se deu por toda sua promessa de construção e de idealização como o maior estádio do mundo. Dissertarei melhor sobre esse processo no capítulo seguinte.

3 A IDEALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO MARACANÃ

“Acreditar no Estádio é acreditar no Brasil”.

Mario Filho, jornalista.

O Estádio Municipal do Rio de Janeiro, nome originário do atual Estádio Jornalista Mário Filho, teve sua construção iniciada dia 10 de agosto de 1948, e foi inaugurado em 16 de junho de 1950. Foi construído no tempo de 1 ano e 10 meses, com seu fim definitivo apenas 15 anos após sua inauguração, em 1965 e projetado para abrigar confortavelmente 155 mil pessoas. O estádio foi construído nos terrenos do antigo Derby Club, ocupando uma área de 186.638,56m². Seu complexo é formado pelo Estádio Mário Filho, pelo Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho) inaugurado em 1954, pela Pista de Atletismo Célio de Barros inaugurada em 1974 e pelo Parque Aquático Júlio de Lamare inaugurado em 1978.

Mas sua história se inicia dez anos antes do início de sua construção, no ano de 1938, durante a Copa do Mundo em Paris, quando o jornalista brasileiro Célio de Barros -que dá nome à Pista de Atletismo do complexo- compareceu ao XXVI Congresso da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) para apresentar a candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 1942. A candidatura, porém, não era promissora, justamente pelo fato de o Brasil não possuir nenhum estádio que apresentasse as condições exigidas para receber esses jogos, tendo apenas o estádio de São Januário com a maior capacidade na época, 40 mil pessoas.

Devido à 2^o Guerra Mundial, as copas de 1942 e 1946 não ocorreram. Com isso, a candidatura do Brasil só seria relançada em 1946, pelo mesmo Célio de Barros, num congresso da FIFA em Luxemburgo. Com o estado de destruição dos países europeus causado pela guerra, o Brasil acabou levando vantagem e teve sua candidatura aprovada. A partir daí, os dirigentes chamaram atenção para a necessidade do Brasil possuir um grande estádio, à altura de receber um evento internacional (A.B.C.O. TAVARES, S.J. VOTRE, 2015).

Os meios de comunicação foram parceiros fiéis que informavam a população sobre as discussões da construção de um estádio nacional. Seria construído um

novo estádio? Ou apenas seria realizada uma reforma no Estádio São Januário, devido ao pouco tempo que o país tinha até a Copa do Mundo de 1950?

No dia-a-dia, todos acompanhavam as movimentações através dos jornais, um exemplo é o famoso *Jornal dos Sports*, cujo proprietário, editor e cronista esportivo era um grande defensor e apoiador da construção de um novo estádio, o jornalista Mário Rodrigues Filho. Após sua morte, em 1966, veio a dar o nome ao anteriormente chamado Estádio Municipal do Rio de Janeiro, isso devido a seu empenho para a construção do mesmo, já que Mário Filho lutou e acreditou no estádio e essa homenagem serviu para consagrá-lo. Com isso, a sociedade participava de todo esse processo inicial e podia formular suas opiniões acerca do assunto.

A ideia central veiculada na mídia era a de que o Brasil precisava de um estádio à altura de um país forte para abrigar os jogos internacionais, mas isso demandaria tempo e dinheiro, além de toda uma logística na construção de tal empreendimento, como casas desapropriadas, urbanização etc. Os defensores da construção lembravam os benefícios que o estádio traria para a população, tanto no campo da saúde pública como na área da prática desportiva. A opinião contrária, por sua vez, era a de que tal empreendimento usaria verbas públicas que deveriam servir para a construção de hospitais e escolas. Essas discussões apareceram por todo período inicial até a votação final que definiria se seria ou não construído um estádio (A.B.C.O. TAVARES, S.J. VOTRE, 2015, pg.261).

Além desses questionamentos acerca da construção de um novo estádio, entrava também a discussão política da decisão. Como percebido na citação supracitada, havia dois grupos opostos envolvidos: o primeiro com os que apoiavam a construção e acreditavam que os gastos com esporte não comprometeriam outros gastos públicos e o segundo grupo formado por pessoas que repudiavam tal ideia.

Após confirmada a decisão da construção de um novo estádio nacional localizado no Rio de Janeiro, surgiram duas novas discussões. A primeira atrelada à questão financeira e à natureza municipal ou federal do estádio, o que determinaria o órgão responsável pelo seu financiamento. Concluiu-se que seria municipal, com a esfera federal dando suporte no que fosse preciso (A.B.C.O. TAVARES, S.J. VOTRE, 2015).

Não há como, pois, fugir do dilema que não é de ninguém, mas de todos os brasileiros: construa-se já o estádio, ou confesse-se a falência da nossa capacidade organizadora transferindo a outrem a oportunidade de aparecer

como país sede do evento que concentrará as atenções do mundo (Entusiasta, 1947, p. 1).

A segunda discussão foi em relação à localização do novo estádio. A disputa, novamente com uma questão política por trás, era entre o autor do projeto, o prefeito Mendes de Moraes e seu inimigo político, Carlos Lacerda. O primeiro defendia a construção do novo estádio na zona norte da cidade, nos terrenos do antigo Derby Club, e o segundo defendia que fosse na zona oeste da cidade, em Jacarepaguá (A.B.C.O. TAVARES, S.J. VOTRE, 2015).

Em relação ao projeto do novo estádio, o que podemos perceber buscando nos diversos jornais daquela época que abordavam o tema, por exemplo o *Jornal dos Sports*, é que a ideia era construir um estádio grandioso, que representasse a potência do Brasil. Nesses jornais, víamos palavras como “do povo”, “nacional”, “obra majestosa”, “o maior do mundo” “Colosso do Derby” etc⁶. Tal abordagem contribuiu para a construção de uma representação positiva sobre esse símbolo nacional e também mostrava a força do Brasil e do seu povo.

3.1 Reformas já realizadas e suas implicações

Desde sua inauguração até os dias atuais, o Estádio Maracanã já passou por três grandes reformas, além de pequenas melhorias pontuais ao longo do tempo. Neste capítulo pretendo apresentá-las e abordar um pouco sobre as escolhas de gestão e suas implicações físicas e sociais.

Tabela 3 – Períodos das obras no Maracanã

Datas da Construção e Reformas do Estádio Mário Filho (Maracanã)	
O período de construção	De 1948 a 1965
A Inauguração	1950

⁶ “Nacional”, 1947, p. 1. “Que venha”, 1947, pg. 1. “Será o maior do mundo”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, pg. 1. 21 mai 1947. “Estádio Nacional”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, pg. 1. 15 de mai 1947.

A 1ª reforma para o Campeonato Mundial de Clubes da FIFA 2000	1999 a 2000
A 2ª reforma para os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro 2007	2005 a 2007
A última e mais recente reconstrução para a Copa do Mundo FIFA 2014	2010 a 2013

Fonte: Elaboração própria.

O Maracanã, graças a sua idealização, nasceu popular. Sua primeira partida oficial foi com os portões abertos aos torcedores, já tecendo uma ligação de amor entre o estádio e os apaixonados por futebol. A Copa do Mundo de 1950 contribuiu muito para o estreitamento desse forte laço. Desde seu princípio, percebia-se uma relação com a “massa” carioca, sem distinção entre os grupos sociais. Funcionava como uma ferramenta de inclusão popular, apesar da imensa desigualdade social no país. Diante do futebol, principalmente do Maracanã, todos eram iguais. Além disso, ele servia como um refúgio para o povo, a realidade ficava do lado de fora e os momentos de sonho do lado de dentro. Seria como uma segunda casa, um templo quase religioso.

O gigante de concreto construído em 1950, que chegou a receber o surpreendente número de mais de 180.000 pessoas, foi realmente durante muito tempo o maior do mundo. Porém, ao longo do tempo, foi sofrendo constantes reformas e diminuição gradativa do seu tamanho original. O Maracanã foi de maior estádio do Mundo a 25º classificado, segundo o site WSI – World Stadium Index⁷.

⁷ World Stadium Index (WSI, —Índice dos Estádios do Mundo| em inglês) é um relatório do Instituto Dinamarquês de Estudos do Esporte (Idan) em parceria com a organização Play the Game, que investigou 75 arenas em 20 países construídas entre 1996 e 2010 para grandes competições esportivas. A lista inclui Jogos olímpicos, Copa do Mundo, Eurocopa, Copa Africana de Nações, Jogos Pan-Americanos, Jogos Asiáticos, Jogos Pan-Africanos e Jogos da Comunidade Britânica. O índice WSI é baseado no total de público dos estádios durante o ano de 2010 (em eventos esportivos ou não) dividido pela capacidade desses estádios. Os custos de construção também foram levados em conta.

Figura 1: Manchete do Jornal dos Sports, dia seguinte à inauguração do estádio municipal.

GENTE DE TODAS AS CLASSES AFLUIU À MAIOR PRAÇA DE ESPORTES DO MUNDO
Calculado Em 150.000, O Número De Espectadores
Um Espetaculo Indescritivel Para Quem Esteve Ausente!

No Estadio E Fora Dele — Romarias Interminaveis — As Solenidades Cívicas E A Revoadá De Pombos

Desde cedo a romaria da população com destino ao Estadio Municipal, emprestava a cidade aspecto fora do comum. De todos os bairros desciam verdadei-

Duas Seções
 Edição de Hoje: 14 páginas
 NÃO VENDER SEPARADO

Tudo estará liquidado até sábado — afirma ao prefeito Mendes de Moraes e a Mario Filho o engenheiro Herculano Gomts, construtor do Estadio

Fonte: Manchete do Jornal dos Sports (19/06/1950). Dia seguinte à inauguração do estádio municipal.

A primeira reforma ocorreu em 1999/2000, após a confirmação da realização do Mundial de Clubes FIFA de 2000 no Brasil. A primeira mudança estética do Maracanã ocorreu nesta obra, quando a arquibancada de cimento foi coberta por assentos individuais de plástico, com a proposta de aumentar o conforto, mas acabou obrigando as pessoas a limitarem-se ao seu espaço de assento, e reduziu a capacidade do anel superior, o estádio passou a acomodar até 103.022 pessoas.

Essas modificações visavam atender às normas impostas pela FIFA, como por exemplo, a segurança dos torcedores. Mas para algumas pessoas, essas alterações na verdade buscam atender uma lógica econômica que influencia e modifica até o jeito dos torcedores se comportarem no estádio (A.B.C.O. TAVARES, S.J. VOTRE, 2015).

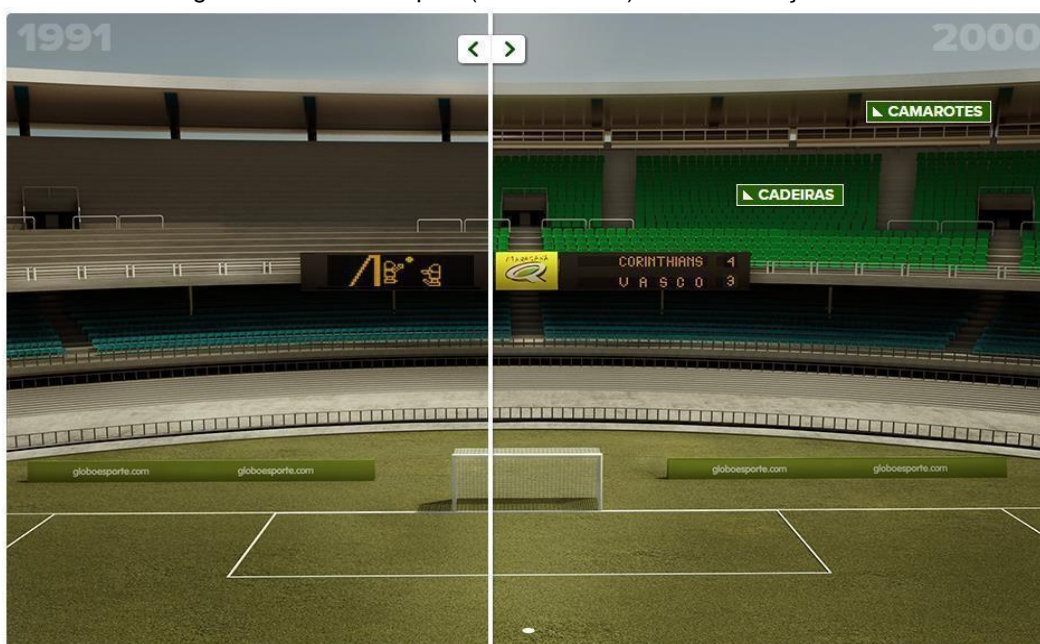
Além disso, o anel superior foi dividido em dois setores, com diferenciação de preço dos ingressos: o de cor verde e amarela seriam os populares; e o de cor branca, especial e mais caro, considerando a vista privilegiada e central do campo. Foram criados também camarotes direcionados apenas a altas camadas da sociedade.

A vencedora da licitação feita para essa obra foi a construtora paulista Varca-Scatena. No entanto, o consórcio formado por OAS, Engefix, Andrade Gutierrez e Odebrecht anunciou na época que estudava a possibilidade de entrar com recurso

na Justiça para contestar o resultado da licitação. Ele foi o único a se manifestar, dentre as 14 empresas ou consórcios que apresentaram propostas.

Calculada inicialmente em R\$ 52 milhões, ficou acordado que a reforma seria paga com dinheiro dos governos estadual e federal e da empresa de telefonia Telemar. O Estado entraria com R\$ 30 milhões, R\$ 15 milhões viriam do governo federal e R\$ 15 milhões da Telemar, totalizando o valor de R\$ 60 milhões. No final de tudo, a reforma chegou ao custo de R\$ 106 milhões⁸. Ainda assim, após essa reforma a gestão do estádio continuou sendo de responsabilidade da SUDERJ.

Figura 2: Antes e Depois (1991 e 2000) - As diferenças lado a lado.



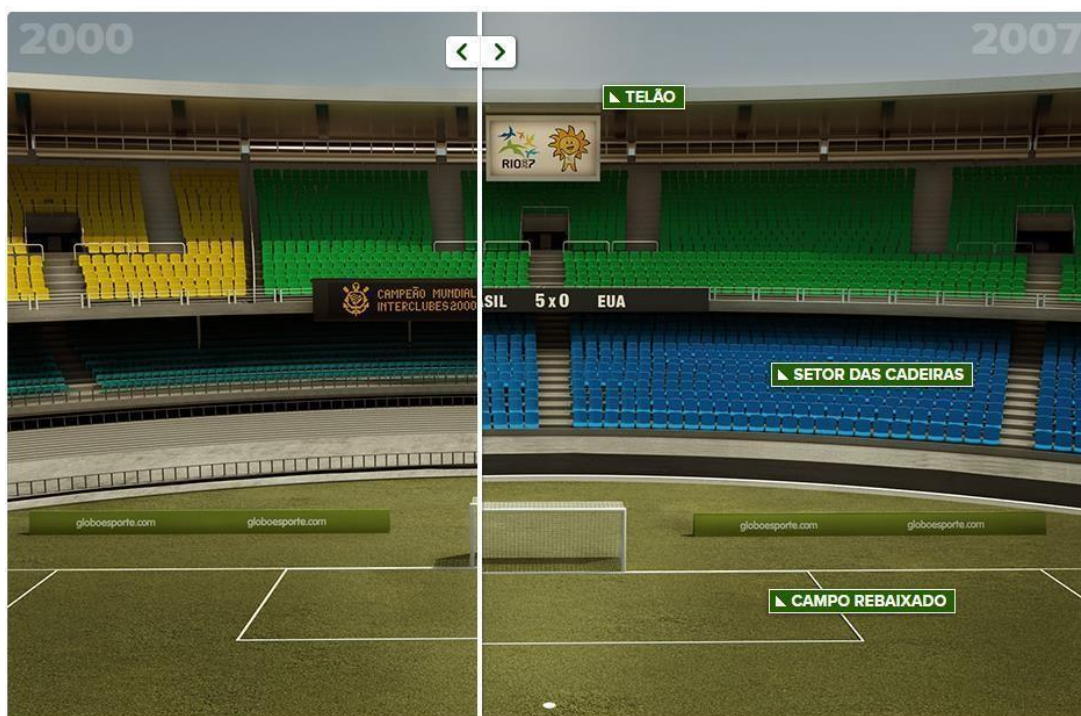
Fonte: Imagem disponível em <http://globoesporte.globo.com/futebol/especial-maracana/4-reformas-estruturais.html>

A segunda reforma estrutural ocorreu apenas cinco anos depois, entre 2005 e 2007, para receber os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro 2007, e foi a mais radical, pois ficou marcada pelo fim da Geral. No seu lugar, entraram mais cadeiras e houve o rebaixamento do gramado, foi retirado o clássico placar eletrônico e em seu lugar entraram dois telões atrás dos gols. Foram feitas, também, melhorias no Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho). O custo total da reforma chegou a R\$ 304 milhões, tal valor foi justificado com o argumento de que o estádio já estaria

⁸ FOLHA DE S.PAULO. Empresa paulista reforma Maracanã. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2809199918.htm>. Acesso em: 5 abr. 2021.

pronto para receber a Copa do Mundo de 2014. Mesmo após essa nova reforma, a SUDERJ continuou administrando o estádio, apesar de já percebermos algumas investidas neoliberais, que já começam a influenciar na forma de torcer.

Figura 3: Antes e Depois (2000 e 2007) - As diferenças lado a lado.



Fonte: Imagem disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/especial-maracana/5-obras-para-o-pan-2007.html>

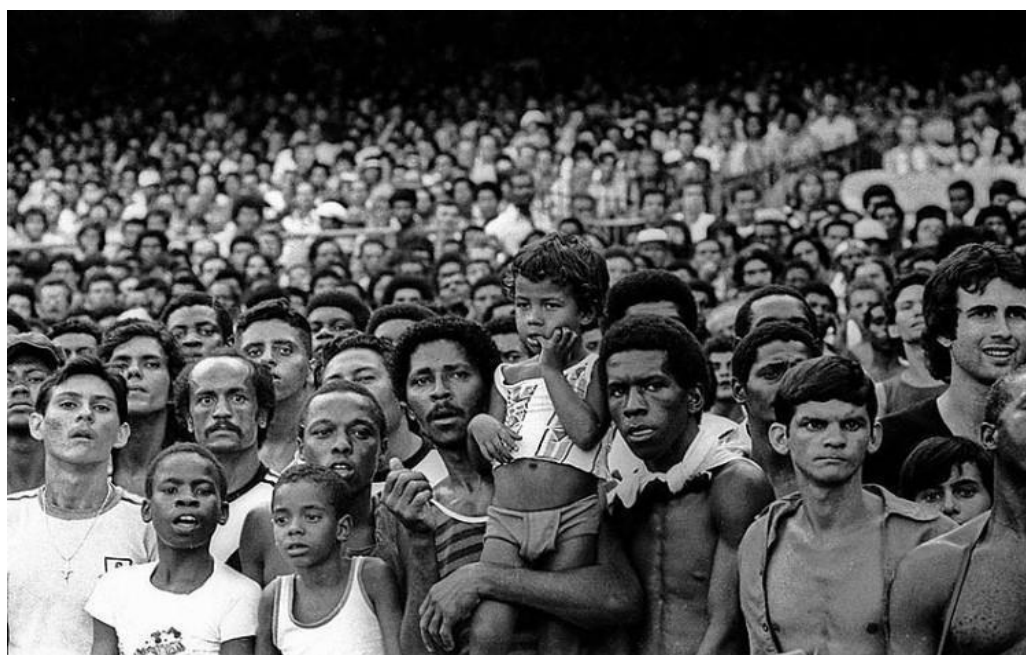
Os frequentadores da Geral possuíam nome próprio, eram conhecidos como “geraldinhos”⁹. Lugar próximo ao gramado, onde os torcedores ficavam em pé, já que a visibilidade não era a melhor, mas perto dos seus ídolos. Ambiente com presença de figuras caracterizadas, cidadãos comuns, pobres e de classe média, onde torcidas adversárias confraternizavam na área mais democrática e popular do Maracanã. De valor historicamente acessível, a geral era a porta de entrada do espetáculo a todas as classes sociais. A geral foi fechada dia 25 de abril de 2005, e foi destruída pelas próprias pessoas que a frequentavam.

⁹ Apelidados pelo dramaturgo Nelson Rodrigues (irmão de Mário Filho), os frequentadores da Geral eram os Geraldinos e os das arquibancadas, os Arquibaldos.

No plano da arquitetura interna, até recentemente muitos de nossos estádios possuíam um setor popular, junto ao campo de jogo, no qual os torcedores podiam, a preços módicos – permanecendo em pé, expostos ao sol e à chuva, e com uma perspectiva precária dos movimentos gerais da partida –, frequentar com regularidade. Ali, o espectador era participante: seus gritos chegavam aos ouvidos dos que estavam em campo, bem como os objetos eventualmente arremessados. Havia uma interlocução intensa, muito semelhante ao burburinho das feiras, dos tradicionais circos e dos pequenos estádios de outrora, algo banido das grandes arenas modernas, que muito distanciam fisicamente o torcedor do jogador (MASCARENHAS, 2013, pg.156)

A Geral era uma possibilidade. Era um lugar para extravasar, para sonhar e deixar todas as preocupações do lado de fora, além de poder expressar sua opinião sobre o jogo e sobre os jogadores, que conseguiam ouvir praticamente tudo devido à proximidade com o campo.

Figura 4: Torcedores lotam a geral do Maracanã.



Fonte: Custódio Coimbra.

A última e mais recente reconstrução foi uma “imposição” da FIFA para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. O Maracanã ficou fechado desde meados de 2010 e teve sua reinauguração em 2013, em evento fechado para o público, apenas com convidados de honra, funcionários e seus familiares, totalizando cerca de apenas 25 mil pessoas presentes.

Segundo o projeto, o estádio entraria para o rol dos mais modernos do mundo, cumprindo cada uma das exigências da FIFA, de segurança à modernidade, passando pelo conforto dos torcedores (A.B.C.O. Tavares, S.J. Votre, 2015, pg. 263).

Essa última modificação foi também a mais polêmica. Uma delas foi o desrespeito ao tombamento¹⁰ do Maracanã, visto que o estádio passou por uma transformadora mudança, que causou a desfiguração desse nosso patrimônio cultural. Esse desrespeito se deu tanto no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), quanto do Município (Decreto Nº 21677/02), que por meio do Decreto Nº 36349/12 chegou a determinar o destombamento do Estádio Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Dellamare.

O Ministério Público Federal chegou a solicitar a paralisação das obras devido a uma assinatura irregular do ex-superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por lei, somente o Presidente, autoridade máxima do país, possui a prerrogativa de autorizar intervenções como a realizada no Estádio. Porém, não foi o suficiente para interromper o desmanche de um dos maiores patrimônios culturais do Brasil.

Outra polêmica foram as tentativas de desapropriações e remoções no entorno do estádio, evidenciando um claro processo de gentrificação¹¹ na região. Um exemplo foi o caso da “Aldeia Maracanã”, antigo Museu do Índio, que fica em frente ao Estádio Mário Filho, espaço histórico que estava ocupado por dezenas de índios, o projeto era construir um estacionamento no local. No projeto inicial, era previsto também a demolição dos outros dois equipamentos do complexo, o Parque Aquático, e a Pista de Atletismo¹², a ideia era construir lojas e estacionamento no lugar, o que foi definitivamente descartado com o anúncio das reformas e os consequentes protestos.

Na questão das modificações estruturais realizadas no estádio, uma delas foi a retirada da tradicional marquise -parte da estrutura tombada e que não tinha sua

¹⁰ DECRETO Nº 21677 DE 03 DE JULHO DE 2002. O Maracanã é o único estádio brasileiro tombado pelo Iphan.

¹¹ Fenômeno que afeta uma região ou bairro de caráter popular, onde quando há a valorização da mesma, geralmente vinculado a interesses imobiliários, há a tentativa de “expulsão” da população de baixa renda. A especulação imobiliária, aumento do turismo e obras governamentais são responsáveis pelo fenômeno.

¹²A justificativa seria a exigência da FIFA para garantir agilidade na saída dos torcedores do estádio.

demolição prevista no projeto inicial- que foi substituída por lonas de teflon e fibra de vidro (bem à moda de arenas europeias), sob a justificativa de que a cobertura de cimento anterior estava deteriorada. Essa cobertura também foi alongada, para proporcionar uma proteção melhor contra a chuva, visando proporcionar mais conforto aos usuários do espaço, uma das exigências da FIFA. Mas isso acabou reduzindo a notável curva perfeita em forma de elipse do estádio, deixando-o mais fechado, mais escuro, menos exposto ao sol e dependente de luzes artificiais.

Uma outra modificação foi que todos os assentos do antigo Maracanã foram substituídos e tiveram suas posições alteradas para prover a melhor visibilidade possível do campo. Houve a construção de mais camarotes, ainda mais luxuosos, e a capacidade do então conhecido como o maior estádio do mundo, com relatos anteriores de quase 200 mil pessoas presentes, foi reduzida para apenas 78 mil.

A previsão oficial do custo dessa obra foi de R\$705,6 milhões. Porém, o consórcio¹³ responsável pelas obras alegou que, por conta de problemas com a cobertura, o valor atualizado da reforma seria totalizado em R\$956,8 milhões. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou um sobrepreço no projeto, e a reforma foi reavaliada em R\$859,5 milhões¹⁴.

“3. Segundo informações do relatório da unidade técnica, a obra, licitada em junho de 2010, foi adjudicada ao consórcio vencedor por R\$ 705 milhões (2,14% inferior ao orçamento base).

4. Verificada a impossibilidade de se aproveitar a cobertura original, a sua demolição, e construção de uma nova, majorou o orçamento em R\$ 251 milhões, atingindo o montante de R\$ 956,7 milhões.

5. No processo de consolidação e entrega da documentação à Secob -1, o Estado do RJ esclareceu que o total orçado fora alterado para R\$ 931,8 milhões, representando uma redução de R\$ 24,9 milhões.

6. Da redução total, R\$ 23,9 milhões decorreram dos questionamentos iniciais da Secob-1, a partir dos quais, a quantidade de portões de enrolar foi reduzida de 495 para 5 (R\$ 12, 4 milhões) e foi suprimido o serviço “piso monolítico de alta resistência” (R\$ 11,5 milhões).

7. A partir do valor de R\$ 931, 8 milhões, a Secob-1, em conjunto com técnicos da CGU, efetuou uma minuciosa análise do orçamento, e detectou indícios de sobrepreço na ordem de R\$ 163,4 milhões.

8. Esse sobrepreço foi reduzido para R\$ 136, 8 milhões depois de novos ajustes efetuados no último orçamento e corrigidas as omissões constatadas.

¹³ A reforma do Maracanã foi tocada inicialmente por um consórcio formado por três empreiteiras: Odebrecht, Andrade Gutierrez e Delta. Porém no meio das obras, a Delta, que possuía 30% de participação no grupo, abandonou o consórcio alegando dificuldades financeiras. A empresa, na verdade, encontrava-se em meio a um escândalo de corrupção.

¹⁴ Processo Nº 015.231/2011-9, ACÓRDÃO 2333/2011

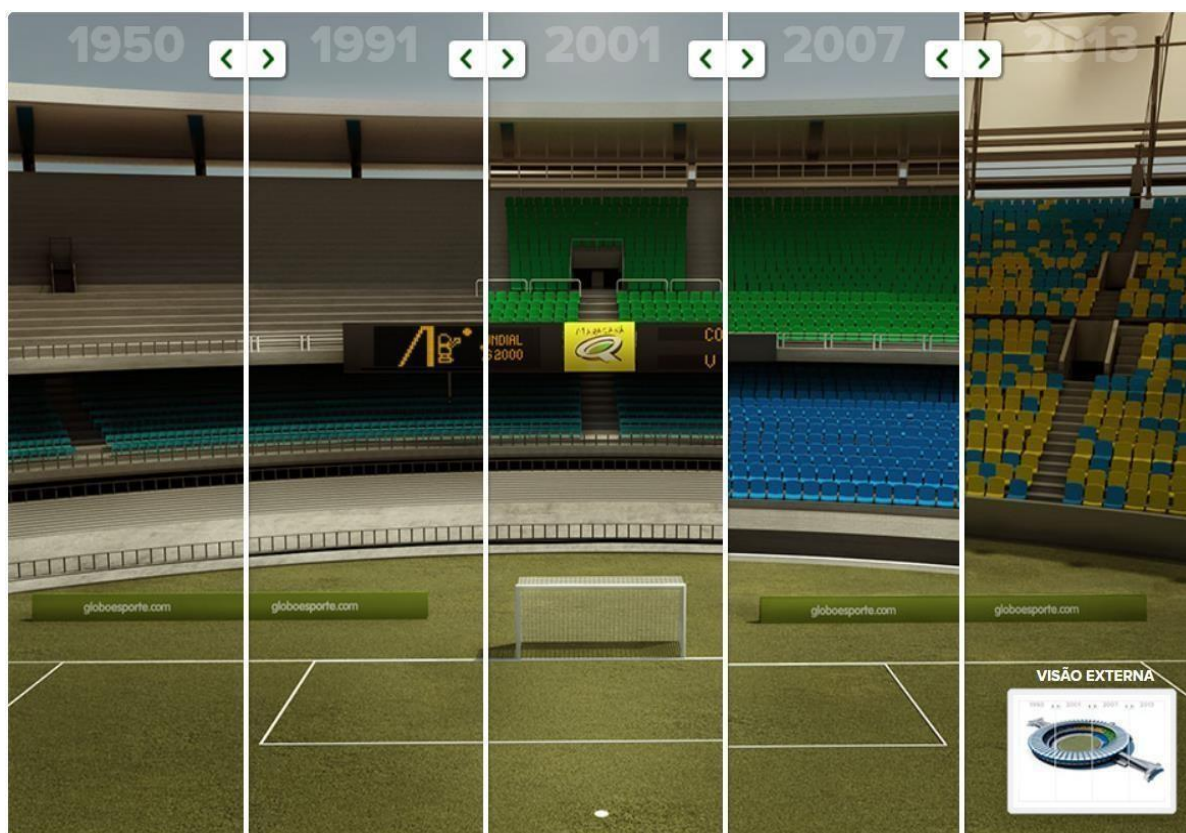
9. Após a oitiva do Estado do Rio de Janeiro, foi apresentado um novo orçamento, com valor total das obras estimado em R\$ 859,4 milhões, já incluídos os serviços não previstos no orçamento original.
10. Ao todo a economia para o erário estadual foi da ordem de R\$ 97 milhões.” (ACÓRDÃO 2333/2011, Relatório de Acompanhamento Processo Nº 015.231/2011-9, 31/08/2011)

Ficou acordado que, desse custo total da obra, R\$400 milhões seriam financiados pelo BNDES e o restante seria pago pelo governo estadual. Não houve investimentos privados na reforma do estádio, e o montante final de recursos públicos empregados pelo governo do estado chegou na casa de R\$1,2 bilhões¹⁵.

Essa nova “Arena Maracanã” (já concedida à iniciativa privada) deixou bem claro as mudanças pretendidas com esse novo modelo de gestão de estádio, como por exemplo a do público frequentador. Os preços exorbitantes dos ingressos de acesso e para alimentação em seu interior favoreceram essa transformação, dissociando o estádio das camadas mais populares, excluindo essas classes mais pobres, tendendo ao elitismo explícito. Além disso, a ausência de bandeiras, bandeirões e instrumentos musicais, característicos da prática coletiva de torcer, deixou bem evidente o aumento do controle sobre os corpos nesse espaço, agora voltado para o consumo passivo.

¹⁵ O GLOBO. TCE do Rio vê superfaturamento em obra do Maracanã para a Copa 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tce-do-rio-ve-superfaturamento-em-obra-do-maracana-para-copa-2014-21050647>. Acesso em: 29 mar. 2021.

Figura 5: Antes e Depois (1950 a 2013) - As diferenças lado a lado.



Fonte: Imagem disponível em <http://globoesporte.globo.com/futebol/especial-maracana/6-o-novo-maracana.html>

Não poderia deixar de citar as manifestações populares contra essas mudanças do perfil sociocultural e a descaracterização (tanto social quanto estrutural) do Estádio Mário Filho e seu entorno, e principalmente contra sua iminente privatização, que abordarei no próximo capítulo.

No Rio de Janeiro, no ano de 2012, já com as obras da reforma em andamento, surgiram campanhas como “O Maraca é nosso!”, articulada principalmente pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio¹⁶. Essa articulação era composta por diversas organizações sociais como a Frente Nacional de Torcedores e os grupos atingidos pelas demolições, que protestavam contra a entrega de um dos maiores patrimônios culturais do Rio de Janeiro à iniciativa privada.

¹⁶ O projeto tinha como objetivo aumentar o alcance das denúncias sobre as violações de direitos humanos no Rio de Janeiro em função da realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

3.2A nova lógica de torcer dos estádios modernos

“Neste mundo do fim de século, o futebol profissional condena o que é inútil, e é inútil o que não é rentável.”

Eduardo Galeano

Desde os anos 90 podemos observar em escala mundial, uma onda de construções e reformas de estádios, concomitantemente com o avanço da onda neoliberal nas cidades contemporâneas. Em suma, essas reformas buscavam e ainda busca, promover privatizações, elitização do espaço e o controle sobre os corpos, podemos dizer que, por meio de um processo denominado por alguns estudiosos, como Gilmar Mascarenhas (UFRJ), Irlan Simões (UERJ) e Luiz Antonio Simas, de “arenização”.

As transformações supracitadas, causadas por essas reformas nesses espaços, podem ser lidas no contexto da produção do urbano capitalista contemporâneo, isso pelo fato do universo do futebol também ser permeado por agentes, interesses e processos externos a ele, como por exemplo o avanço do neoliberalismo nas cidades (MASCARENHAS, 2013, pg. 145).

Levando esse avanço em consideração, esses novos modelos de “arenas de futebol” radicalizam e aprofundam o sentido de cidade-mercadoria¹⁷, onde é imposto um valor comercial muito mais alto para a aquisição de ingressos, necessários para acessar o espaço, com restrições à comercialização de produtos de alimentação no interior dessa nova arena, diminuindo assim, a presença de agentes e serviços informais antes tradicionais na experiência do torcedor de estádio, além de uma significativa redução de sua capacidade (MASCARENHAS, 2013).

Nesse novo modelo desse equipamento urbano, notamos o esvaziamento das manifestações tradicionais populares ligadas ao futebol. Ainda segundo Mascarenhas (2013, pg. 145)

¹⁷ Carlos Vainer (2002) define *city marketings*, o planejamento estratégico que tem como objetivo a gentrificação – que é a retirada dos pobres das áreas nobres das cidades para a inserção de pessoas com maior poder econômico – e a venda da mesma para o capital, principalmente internacional. A cidade não mais é pra quem a vive e a constrói socialmente, mas para quem lucra.

Acima de tudo, para garantir a plena realização da mercadoria, vem sendo imposto um crescente aparato normativo que visa eliminar ou subjugar práticas e usos populares, em favor de comportamentos mecânicos e dirigidos, voltados para o consumo passivo. Toda a nova arquitetura dos estádios aposta nesse princípio do controle dos corpos, condicionando a circulação dos frequentadores e reduzindo seu comportamento à passividade, distanciando-os do tradicional protagonismo festivo das massas ruidosas e, por vezes, imprevisíveis.

Para Damo (2007, p. 51-53), o pertencimento clubístico é uma modalidade de vínculo identitário intenso e imutável com o clube, gerador de um “segmento de público militante”, com grande engajamento emocional – condição para viver plenamente a excitação futebolística – e capaz de atitudes tidas como irracionais. Atitudes essas tidas muitas vezes como imprevisíveis e agressivas, o que não agrada a essa nova ideia de futebol como espetáculo, que geralmente opta por comportamentos previsíveis, racionais e sóbrios.

O estádio se constituiu historicamente, com a popularização do futebol, como um espaço vivido, apropriado pelos usuários, como um campo de pertencimento, de identidade e de uso popular, como já dito anteriormente neste trabalho. E esses fiéis usuários nem sempre querem ser apenas consumidores e passivos observadores, mas sim querem participar ativamente da festa que é torcer pelo o seu clube do coração (MASCARENHAS, 2013).

Esses novos projetos de estádios, além de se expressarem como microterritórios que contribuem, a seu modo, para ampliar e aprofundar os mecanismos de exclusão vigentes nas grandes cidades, também abrigam novos conteúdos da urbanização, ao propor e impor suas novas formas de vivenciar a vida pública e o futebol. Essa nova geração de estádios, expressão da nova economia do futebol e de um processo de “reelitização”, ganhou celeridade após a preparação do Brasil para a Copa do Mundo de 2014, tal movimento, que começou discretamente, adquiriu fôlego e magnitude a partir do ano de 2007, quando o país foi escolhido pela FIFA para sediar o evento (MASCARENHAS, 2013, pg.156).

4 GESTÕES DO ESTÁDIO MARACANÃ

Em seu princípio, o Maracanã era um estádio de gestão pública, com entidades públicas responsáveis por sua administração. Para a administração de sua construção foi criado, em 1947, a ADEM (Administração do Estádio Municipal), foi este o órgão que controlou o estádio durante sua primeira década de existência. Após a criação do estado da Guanabara, devido à transferência da capital do país para Brasília em 1960, a ADEM passou a se chamar ADEG (Administração dos Estádios do Estado da Guanabara).

Após 1975, com a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, surge finalmente a SUDERJ (Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro), autarquia estadual responsável pela administração do estádio por mais tempo ao longo de sua história, tendo as suas ações diretamente ligadas ao Estado. A gestão por tal órgão gerou um bordão entre os frequentadores do estádio que virou tradição do futebol carioca, o "Suderj informa"¹⁸.

Com vistas à Copa do Mundo de 2014, foi feita uma licitação para concessão do Estádio Mário Filho. O Consórcio, formado pelas empreiteiras Odebrecht, IMX e AEG Administração de Estádios do Brasil LTDA, ganhou o direito de administrar o Complexo Maracanã pelos próximos 35 anos. No contrato de concessão, foi exigido que o consórcio fechasse parceria com pelo menos dois dos principais times do Rio de Janeiro. Esses foram Fluminense e Flamengo, que assinaram contrato de uso, mas sem poderem exercer exclusividade do estádio, e com uma quantidade mínima de jogos a serem realizados no Maracanã, conforme negociação entre os clubes.

Segundo Juruena (2010, pg.197), a primeira tentativa em matéria de parceria público-privada (PPP) do Rio de Janeiro foi justamente a de concessão administrativa do Estádio Maracanã. Uma consultoria apresentou um projeto pronto de gestão privada do estádio, previamente autorizada pelo Secretário de Turismo, Esporte e Lazer, por sua conta e risco. Segundo ele, não houve celebração de contrato administrativo de prestação de serviço de consultoria (que exige prévia licitação). O que houve foi o exercício da liberdade de iniciativa do parceiro privado,

¹⁸ LANCE!. Da Suderj à Odebrecht: o Maracanã e as idas e vindas entre seus donos. Disponível em: <https://www.lance.com.br/galeria-premium/suderj-odebrecht-idas-vindas-dos-donos-maracana.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

que assumiu o risco de produzir um estudo, que só seria pago se a administração o aprovasse e o adotasse. A Lei Federal de Concessões permite que agentes privados entreguem esse estudo pronto – levando em consideração que o processo para o Estado desenvolver tal estudo que definam as características de uma desestatização é extremamente lento –, com a condicionante de que o Estado não pagará por ele.

Esse estudo realizado e projeto de concessão apresentado por agentes privados autorizados, trata-se do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), que vem sendo largamente utilizado nos últimos anos como instrumento empregado para obtenção de estudos de viabilidade de projetos de PPP. Segundo BELSITO (2015, pg.17)

O PMI enseja uma relação jurídica, de ordem não contratual e precária, entre a Administração e agentes privados interessados em colaborar na fase preparatória de projetos de concessão, ou seja, antes da publicação das versões definitivas dos documentos licitatórios (edital de licitação, minuta de contrato de concessão e respectivos anexos).

Ainda segundo BELSITO (2015, pg. 235 e 252), a regra no PMI é de que os autorizados a cooperar com o Estado não podem ser impedidos de participar da licitação subsequente. E, segundo um estudo realizado por ele, 100% dos projetos em que o participante do PMI teve seus estudos escolhidos e participou da licitação, ele saiu vencedor.

É inegável que o Maracanã já passou por investidas privatizantes anteriores, como na década de 90, porém a reação negativa de importantes setores da sociedade carioca, especialmente os mais populares, acabaram por conseguir impedir a perda de um importante patrimônio público. No entanto, recentemente, com a pressão da realização da Copa do Mundo de 2014, essa resistência se tornou insustentável.

4.1 A concessão ao Consórcio Maracanã S/A

O processo de desestatização¹⁹ do Estádio Jornalista Mário Filho foi feito às pressas. O “novo” Maracanã, reformado com dinheiro público para se adequar às exigências do “Padrão FIFA”, deveria ser entregue à iniciativa privada, com o conhecido discurso propagado pela mídia que normalmente defende a privatização, de que a gestão seria mais eficiente (CASTRO, FERREIRA, 2019).

Assim, em 2013, o Governo do Estado do Rio de Janeiro concedeu em regime de Parceria Público-Privada (PPP) a gestão, operação e manutenção do Maracanã e do Maracanãzinho, por um período de 35 anos, ao Consórcio Maracanã S/A, formado pelas empresas IMX, Odebrecht e AEG Administração de Estádios do Brasil LTDA. Nesse contrato, eram previstas ainda as chamadas Obras Incidentais, uma série de ações e intervenções feitas pelo consórcio no entorno do Maracanã, para otimizar o uso e a operação do Complexo, no valor exigido por contrato de R\$594 milhões.

Nos termos do edital de licitação, a empresa vencedora deveria pagar um “aluguel”, no valor de aproximadamente R\$ 4,5 milhões anuais ao governo, durante os próximos 35 anos, com a isenção do pagamento nos dois primeiros anos. E segundo o estudo de viabilidade do empreendimento, os lucros do vencedor da licitação estavam previstos para chegar a R\$ 1,4 bilhão durante o período da concessão.

Tal contrato de concessão apresentava uma nova forma de pensar o estádio e o seu entorno, marcada agora pela exploração econômica. Um exemplo seria a previsão das já citadas Obras Incidentais, que incluíam as demolições do Estádio de Atletismo Célio de Barros, do Parque Aquático Júlio Delamare, do antigo Museu do Índio, da Escola Municipal Friedenreich²⁰ e do Presídio Evaristo de Moraes. No local do presídio, a concessionária deveria construir novos centros de treinamento de atletismo e esportes aquáticos, os alunos e professores seriam transferidos para

¹⁹ No processo centrado na desestatização adotado nos anos 90, almejando a redução do tamanho do Estado, estão previstos alguns meios para possibilitá-lo, como as privatizações, concessões, a terceirização, as permissões entre outros. Nessa desestatização temos a transferência temporária de um direito de exploração à iniciativa privada.

²⁰ Entre as dez melhores instituições públicas de ensino do Estado Rio de Janeiro no ranking do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), é tida como uma escola-modelo.

uma nova escola na proximidade e um novo presídio deveria ser construído no Complexo Penitenciário Japeri.

Em troca das intervenções realizadas, o grupo responsável pela gestão teria direito à construção e exploração comercial de dois edifícios - garagem (um deles servido por heliponto) com altura máxima de 22 metros na área no entorno do estádio. Neles, o pavimento térreo deveria dispor de lojas e serviços, como forma de garantir a circulação de pessoas e a valorização do espaço, com uma lógica de funcionamento independente da utilização do estádio (RIO DE JANEIRO, 2012, p. 45). Segundo reportagem publicada no jornal O Globo, somente com a exploração dessas duas edificações, a receita anual estimada girava em torno de R\$ 19 milhões (CASTRO, 2013). O Anexo 3 do Edital de Privatização destaca a demolição dos equipamentos esportivo-educacionais como ações “necessárias” segundo diferentes alegações. A remoção do Célio de Barros e do Júlio Delamare, nomeadas como “Adequação das Áreas Internas do Complexo”, serviria para melhorar a circulação interna, aumentando as áreas livres, graças à criação de duas praças internas que poderiam abrigar pequenos shows e eventos. No caso do prédio que abrigou o Museu do Índio, sua demolição serviria para facilitar a dispersão do público do Maracanã, ainda que este viesse a operar com menos da metade da sua capacidade original. No terreno remanescente da unidade escolar, por sua vez, deveriam ser construídas duas quadras de aquecimento anexas ao Maracanãzinho para a utilização dos atletas que atuariam no ginásio poliesportivo durante a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 (KONCHINSKI, 2012). Terminado o megaevento, elas ficariam “livres” para usos mais rentáveis (CASTRO, FERREIRA, 2019)

Após muita mobilização popular, o governo do estado decidiu voltar atrás e manter os equipamentos²¹ do complexo Maracanã e a escola de pé. Mas o processo foi longo e principalmente pouco democrático por parte do Estado. Os usuários desses aparelhos esportivos, tanto atletas quanto moradores das proximidades, nunca foram consultados e demonstraram-se sempre contrários aos planos de demolição.

Devemos destacar essa falta de participação popular em todo o processo decisório da concessão do estádio, como exemplo a audiência pública realizada. Tal instrumento participativo é um direito constitucional que caracteriza o estado democrático de direito. Busca proteger a dignidade da pessoa humana e assegurar o exercício da cidadania (SAULE JUNIOR, 1998).

²¹ Lembrando que ambos, o Parque Aquático e o Estádio de Atletismo, eram tombados pela Prefeitura do Rio de Janeiro como Patrimônio Cultural desde 2002, mas foram “destombados” por decreto (Decreto Nº 36349/12) do prefeito Eduardo Paes em 2012, sem consulta ao órgão que havia decidido pelo tombamento.

Segundo Lucia Valle Figueiredo (2007), a Lei de Licitações e Contratos número 8.666/93 é a primeira a estabelecer a audiência pública como mecanismo de participação popular, possibilitando a qualquer cidadão acompanhar um processo licitatório, solicitar à Administração os valores das obras e impugnar preços de compras acima do mercado. A autora destaca ainda que o procedimento licitatório não tem início com a publicação do edital e sim com a realização da audiência pública que deve definir os moldes do mesmo. Sua finalidade é permitir a participação popular no processo decisório, podendo o cidadão apresentar questionamentos e pedir esclarecimentos técnicos e financeiros sobre as obras, visando a transparência do processo administrativo. A audiência pública não pode constituir mera formalidade e sim um real diálogo com a comunidade interessada.

A audiência pública realizada em novembro de 2012 sobre a privatização do Maracanã foi marcada por protestos e tumulto durante suas 2 horas de duração. A impressão que ficou foi de que ela foi realizada por mera formalidade, visto que não houve um real diálogo entre a sociedade -que não teve sua voz ouvida- e representantes do governo. Estudantes, pais de alunos, torcedores, atletas, índios, parlamentares e cidadãos em geral da sociedade civil, totalizando mais de 500 pessoas, se mobilizaram contra os moldes do edital de licitação apresentado pelo governo do Rio e exigiram o cancelamento da audiência, já que, para eles, deveria ser discutido primeiro se a gestão continuaria pública ou seria privada²². A grande maioria dos presentes se mostraram radicalmente contrários à essa privatização e todas suas implicações, e claramente não tiveram sua reivindicação acatada.

A democracia e a cidadania reconhecidos como princípios fundamentais do Estado Brasileiro, são paradigmas essenciais para combater o desmantelamento do setor público, que vem ocorrendo de várias formas como os tradicionais métodos de corrupção, clientelismo na gestão da coisa pública, nas privatizações dos serviços públicos sem processos democráticos, e sem respeito ao princípio da legalidade, na ausência de investimentos com infra-estrutura e serviços públicos (Nelson Saule Jr, 1998, pg. 1).

²²GLOBO ESPORTE. Audiência pública sobre privatização do Maracanã é marcada por protestos. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/11/audiencia-publica-sobre-privatizacao-do-maracana-e-marcada-por-protestos.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Importante frisar também nesse processo de privatização, as diversas denúncias de corrupção e superfaturamento, não exclusivas no caso das obras do Maracanã, mas de vários outros estádios brasileiros reformados para a Copa do Mundo.

A IMX, empresa de Eike Batista que faz parte do Consórcio Maracanã S/A, foi a responsável por elaborar o estudo de viabilidade econômica que serviu de base para a licitação de concessão. Levando isso em consideração, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação na Justiça, em 2013, pois no entender dos promotores, esse fato teria dado uma vantagem "indevida" ao grupo Maracanã S.A.²³.

E além de denúncias que envolveram desde pagamentos de propina para viabilizar o edital da concessão até de tratativas para restringir a competitividade da licitação, houve também as denúncias de superfaturamento das obras de reforma do estádio, de responsabilidade de um outro Consórcio, o chamado 'Maracanã Rio 2014', formado pelas empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez e Delta.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE, PROCESSO Nº 106.660-0/13), havia uma série de itens sem justificativa técnica ou suprimidos e substituídos com valor superior em um "jogo de planilha". Além disso, a obra apresentou falhas de instalação e construção, mesmo com um valor de investimento público tão alto²⁴.

A contraprestação pública também foi alvo do MP-RJ: “Os investimentos previstos no processo de concessão se destinam primordialmente à maximização do aproveitamento econômico do Complexo Maracanã”, afirma a ação. “Evidentemente, a maximização da rentabilidade do investimento privado não consiste em um fim público, por si só, que justificasse o oferecimento de uma contraprestação pública. [Isto] somente se justificaria caso os investimentos a serem realizados pelo particular efetivamente revertissem em obras de interesse público”, afirma o MP-RJ. Segundo o órgão, só com as receitas do estádio e do Maracanãzinho, o

²³ AGÊNCIA PÚBLICA. Licitação do Maracanã agride interesse público, explica promotor. Disponível em: <https://apublica.org/2013/05/licitacao-maracana-agride-interesse-publico-explica-promotor/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

²⁴ GE.GLOBO. TCE aponta Maracanã superfaturado em R\$ 67,3 mi e problemas na reforma. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/04/tce-aponta-maracana-superfaturado-em-r-673-mi-e-problemas-na-reforma.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

negócio já seria economicamente viável para a concessionária e a contraprestação é “lesiva ao erário”²⁵.

Ademais, todas essas polêmicas durante o período de obras e após a assinatura do contrato de concessão, o Estádio Maracanã, depois de passado os eventos esportivos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, ainda sofreu com um total descaso e abandono.

Após o fim das Olimpíadas, o Comitê Rio 2016, que administrou o Maracanã no período do evento, devolveu o estádio ao Consórcio, que alegou que o mesmo precisaria de reparos e por isso negou a devolução²⁶. Porém, através de uma liminar, o Consórcio se viu obrigado a retomar a administração. Neste meio tempo, a falta de segurança, de manutenção, levando o gramado a um estado seco e sem vida, e até mesmo um apagão devido a dívidas milionárias com a Light, contribuíram para o quadro de degradação desse patrimônio cultural.

4.2A caducidade do contrato e a subconcessão do estádio

No ano de 2019, em março, o então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, assinou o Decreto Nº 46.599 de caducidade do contrato de concessão do estádio ao consórcio Maracanã SA. Como justificativa para tal atitude, o governador do Rio alegou existir uma dívida de R\$ 38 milhões da concessionária com o Estado desde maio de 2017 e que tal concessão acabou gerando prejuízos ao Estado.

A caducidade se caracteriza pela ruptura antecipada por parte da administração pública em virtude de falta grave ocorrida por parte da concessionária. À luz da Lei Nº 8.987, de 13 de fevereiro 1995, no Art. 38, algumas hipóteses para a declaração de caducidade são; se o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço; se a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à

²⁵ AGÊNCIA PÚBLICA. Tem dinheiro público, sim, senhor. Disponível em: <https://apublica.org/2014/06/tem-dinheiro-publico-sim-senhor/>. Acesso em: mar. 2021.

²⁶ BBC NEWS. Seis meses depois da Olimpíada, Maracanã sofre com descaso e 'apagão'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38873187>. Acesso em: 31 mar. 2021.

concessão; e se a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.

Ficou definido que, nos próximos 30 dias após a caducidade do contrato, o governo faria a intervenção no estádio, passando a administração dos concessionários para o governo. A administração passou a ser feita pela Superintendência de Desportos do estado do Rio de Janeiro (SUDERJ), por meio de uma permissão de uso, de até 180 dias, com o apoio da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ), dos clubes e da sociedade. Em paralelo, o governo continuou trabalhando em um novo modelo jurídico a ser celebrado futuramente.

Foi criada então, em 18 de março de 2019, uma Comissão Consultiva Estádio Jornalista Mário Filho, constituída por meio do Decreto Nº 46.599²⁷, tendo como propósito a elaboração de um estudo e parecer para a manutenção dos serviços essenciais do complexo.

Em abril do mesmo ano, o Maracanã foi concedido à administração de dois grandes clubes cariocas, Fluminense e Flamengo, por meio de um Termo de Permissão de Uso (TPU) provisório celebrado entre os clubes e o Governo do Estado. A validade do primeiro contrato, de 180 dias, foi de até outubro de 2019, porém segue sendo renovado²⁸ e agora tem validade até abril de 2021²⁹. Essas seguidas renovações ocorrem enquanto o governo estadual prepara o edital para o processo de licitação para uma nova concessão da administração do Maracanã.

Esse acordo de permissão de uso garante ao Estado repasses mínimos de cerca de R\$ 230 mil por mês, além da obrigatoriedade de os clubes arcarem com os custos de manutenção do estádio. Em contrapartida, as receitas oriundas das bilheterias e dos bares em dias de jogo irão para um dos times mandantes.

Em 2020, próximo a renovação do contrato de concessão, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) emitiu um relatório da Comissão

²⁷http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?k=A3DC59CB-AC3DA-4691-A9B1-4F8E425B227F1

²⁸ Foram totalizadas três renovações do Termo de Permissão de Uso entre o Estado do Rio de Janeiro e a dupla Fla-Flu desde que os clubes assumiram a gestão do estádio, em abril de 2019.

²⁹ LANCE!. Flu e Fla renovam termo de cogestão do Maracanã até abril de 2020. Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-nacional/flamengo-fluminense-assinam-termo-cogestao-maracana-ate-abril-2020.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

Especial de Esportes Olímpicos e de Alto Rendimento, recomendando que a concessão do Maracanã a Flamengo e Fluminense não fosse renovada, alegando haver indícios claros de transgressão e sonegação fiscal. Porém a administração continuou nas mãos dos clubes cariocas.

Em setembro de 2019, o governador finalmente publicou o edital de chamamento público para o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) relativo ao projeto de operação e gestão do Maracanã. Desde então, o Estado já rejeitou três propostas, inclusive uma enviada por Flamengo e Fluminense. As outras duas foram da LU Arenas e do consórcio RNGD, que administra o Estádio Mané Garrincha, em Brasília. Como justificativa, o governo alegou que as propostas não tinham caráter inovadores, e em termos de valores, também não agradou ao Estado. As recomendações de inutilização das propostas apresentadas pelas empresas supracitadas foram publicadas no Diário Oficial, no dia 17 de setembro de 2020³⁰.

No início de março deste ano, 2021, o Estado publicou o Decreto Nº 47.509 nomeando as comissões técnica e especial de licitação, a primeira tem como objetivo elaborar os estudos técnicos e o edital de licitação, enquanto a segunda comissão tem como objetivo acompanhar todo o processo licitatório do complexo Maracanã. A previsão é de que o novo edital tenha conclusão no final do mês de junho, quando será disponibilizado para consulta pública, e a estimativa é de que todo o processo da concessão seja concluído até o final de outubro deste ano.

³⁰ Publicação no Diário Oficial inutilizando as propostas apresentadas: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VW1wV1JGSIZS_a0pQVkd0MFRrUIZNRkY1TURCUmEwWkNURIZHUTA5RldYUINWRmw1VFdwcmVsSkVaRWRPUIUxNA==&p=MzM=&tb=TWfYyWNhbsOjJiMwMTM7.

CONCLUSÃO

A questão principal que busquei discutir no presente trabalho foi de como as reformas estruturais realizadas no Maracanã aceleraram uma tendência neoliberal no futebol que visa impor um novo modelo de gestão de estádio como arena, em especial a realizada para receber a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que intenta maximizar os lucros da iniciativa privada e que acabam suprimindo as manifestações populares e tradicionais brasileiras do futebol, e como isso interfere na relação dos torcedores com o estádio.

Para isso, na primeira parte desta monografia foi abordado a temática do futebol em si, em como ele se transformou em uma paixão nacional brasileira e como ele se constituiu como um esporte de massas e um poderoso mecanismo de integração social, apesar de todas as desigualdades sociais características de nosso país.

Vimos também como esse esporte popular é uma verdadeira fonte de identidade cultural e nacional, e como através dele somos capazes de expressar nossa cultura, principalmente pelo “Futebol Arte” e a forma de jogar irreverente e única dos brasileiros, cheios de gingado. Essa irreverência, se reflete na forma de torcer dos brasileiros apaixonados pelo futebol, que sempre foi essencialmente protagonista e emocional. Essa forma de torcer, no presente trabalho, foi constatada como uma forma de participação política ativa e peculiar.

Ainda no primeiro capítulo, foi discutido como a popularização do futebol demandou a construção de novos estádios de grande capacidade e como esses instrumentos urbanos se tornaram espaços de reprodução de identidades, de liberdade de expressão, de encontros e manifestação popular ativa, e concluiu-se que eles são a expressão visível da magnitude que alcançou o futebol no Brasil.

O ato de utilizar esse estádio para torcer pelo seu time do coração, pode então ser considerado como uma forma de exercer o direito à cidade, que pode ser compreendido como o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, e como o direito à vida urbana. Além disso, o ato de torcer não se limita ao espaço do estádio. Como vimos no presente trabalho, o futebol acaba atuando nos espaços comuns da cidade, e então, esses espaços públicos, normalmente vistos como perigosos, são ocupados e transformados em espaços mais intimistas, graças à capacidade do

futebol de proporcionar uma atmosfera de pertencimento social, mesmo com as rivalidades intrínsecas a modalidade, como citado anteriormente.

A partir dos anos 90, vimos que surgiu uma onda de reformas para “modernização” dos estádios e essas obras, na verdade, almejavam promover privatizações, a elitização do espaço e impor a nova ideia de futebol como espetáculo, que geralmente opta por comportamentos previsíveis, racionais e sóbrios, e não pela forma tradicional brasileira de se torcer, com grande engajamento emocional e capaz de atitudes tidas como irracionais e muitas vezes tidas como imprevisíveis e agressivas. Para isso, seria necessário o controle sobre os corpos que frequentam aquele espaço, que deveria obrigar os torcedores a “assistirem” os jogos de forma comportada e preferencialmente sentados.

Essas imposições acabam gerando o esvaziamento das manifestações tradicionais populares ligadas ao futebol e gera um processo chamado por alguns estudiosos citados no trabalho de “arenização”. Segundo MASCARENHAS (2013), esse fenômeno empobrece a sociabilidade historicamente construída no processo de apropriação desse espaço público pelas massas urbanas.

Essas reformas foram avaliadas no caso do Estádio Jornalista Mário Filho, que é o objeto de estudo desta dissertação. No capítulo 2, vimos que o Maracanã foi inicialmente projetado para abrigar confortavelmente 155 mil pessoas e que foi idealizado para ser construído para o povo, para ser popular, tanto que sua primeira partida oficial foi com os portões abertos aos torcedores. A ideia no período do projeto do estádio era construir um estádio grandioso que representasse a potência do Brasil e do povo brasileiro e que ele fosse o maior do mundo. O Maracanã funcionava como uma ferramenta de inclusão popular, apesar da imensa desigualdade social no país e servia como um refúgio para o povo.

A partir das reformas apresentadas no presente trabalho, pudemos comprovar essa imposição de um novo modelo de arena, que proporciona uma elitização, o controle dos corpos e a perda de espaços populares, ocasionando na mudança de perfil dos torcedores que frequentam esses espaços. Um exemplo citado é a extinção da Geral, que era tida como um setor popular e democrático, que permitia a presença de cidadãos comuns, pobres e classe média, todos misturados, e também a confraternização entre torcidas adversárias. Percebemos também, a triste tendência ao apequenamento do Maracanã, onde já ouvimos relatos de quase 200

mil pessoas em um único jogo, o estádio tem hoje sua capacidade reduzida a menos da metade desse número.

Todas essas mudanças tiveram como motor a realização de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Para receber tais eventos foi exigido ao Brasil que fossem feitas reformas para adequar os estádios ao “Padrão FIFA”. A partir disso, podemos concluir que a Copa do Mundo atuou como um acelerador de algumas tendências neoliberais já existentes no futebol brasileiro e nas cidades brasileiras. Tendências essas que visam maximizar a geração do lucro, principalmente a partir da imposição dos novos estádios mais modernos e no modelo de “arenas multiuso”. Essas imposições, na verdade, ambicionam converter a forma de torcer protagonista, apaixonada e intensa em uma forma apenas de consumo do futebol, com “torcedores” sóbrios, previsíveis, comportados e fixados em seus assentos.

Após todas essas reformas — quase integralmente arcadas pelo poder público, sem nenhum investimento privado na reforma do estádio —, ainda seguindo as tendências neoliberais, o estádio deveria, é claro, ser entregue para as mãos da iniciativa privada, para ter uma gestão mais “eficiente”.

No capítulo 3 então, dissertei sobre a concessão do Estádio Mário Filho ao Consórcio Maracanã S/A, e apresentei as problemáticas que envolveram esse processo de desestatização do estádio e seu período subsequente. Pude concluir que essa privatização não foi capaz de trazer nenhum benefício à população, nem ao Estado, visto o recente decreto de caducidade do contrato de concessão, com a alegação, do próprio poder público, da existência de uma dívida de R\$ 38 milhões da concessionária com o Estado desde maio de 2017, o que acabou gerando prejuízos ao Estado.

Quanto à população que frequenta o estádio e seu entorno, o que percebemos foi que o aumento exorbitante do preço dos ingressos de acesso após a privatização favoreceu o processo de dissociação do estádio das camadas mais populares, tendendo ao elitismo explícito. Além disso, houve também uma perda de identificação com o estádio por parte de muitos torcedores, por conta da obrigação de se enquadrar em um comportamento não compatível com a manifestação popular que é torcer no Brasil. Devido a essa nova “cartilha de comportamento”, os

torcedores ficaram sem espaço para torcer, comemorar e presos em meio às cadeiras. Essa perda de identificação se deu também, em parte, por conta da descaracterização pela qual o estádio, tombado como patrimônio cultural e arquitetônico, passou. Quanto ao Maracanã em si, que é mitológico, notamos que ele passou por um infeliz abandono, enquanto o consórcio era responsável por sua gestão, operação e manutenção. Seria essa a gestão mais eficiente?

E qual é o retorno econômico dessa desestatização para o Estado? Levando em consideração todas as denúncias de superfaturamento das obras realizadas por outro consórcio, mas ainda sim custeadas pelo Estado. Dinheiro público investido para depois ser entregue aos lucros da iniciativa privada, dinheiro público “jogado no lixo”, enquanto os lucros do vencedor da licitação para gerir o estádio estavam previstos para chegar a R\$ 1,4 bilhão durante o período da concessão.

Por fim, não podemos negar que há a possibilidade de melhorias e modernização de um estádio, mas sem perder o equilíbrio entre a tradição e a lógica do mercado. Isso se daria pela possibilidade de flexibilização do “Padrão FIFA”. No caso do Maracanã, apesar das mudanças estruturais, ainda é possível, através da criação de políticas de disponibilização de ingressos mais baratos e da preservação das práticas dos torcedores que frequentam o estádio, preservar esse bem e as manifestações culturais que são referências para a população brasileira. Mesmo que nos tempos atuais seja impossível separar futebol e mercado, não podemos aceitar a imposição de um modelo de estádio pronto, importado e engessado, voltado apenas para o consumo passivo do espetáculo, que busque apenas reproduzir a lógica neoliberal que visa apenas o lucro. É preciso questionar e lembrar sempre para quem é feito o estádio, se não para os torcedores, seus fiéis e apaixonados frequentadores.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA DO MARACANÃ. Direção: Globoesporte.com. Brasil. Rede Globo, 2013.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Licitação do Maracanã agride interesse público, explica promotor.** Disponível em: <https://apublica.org/2013/05/licitacao-maracana-agride-interesse-publico-explica-promotor/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Tem dinheiro público, sim, senhor.** Disponível em: <https://apublica.org/2014/06/tem-dinheiro-publico-sim-senhor/> . Acesso em: 31 mar. 2021.

AMARAL, C. M. D. S; BASTOS, F. D. C. Processo de modernização dos estádios de futebol. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 154, Mar 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd154/processo-de-modernizacao-dos-estadios-de-futebol.htm>

BBC NEWS BRASIL. **Seis meses após holofotes olímpicos, 'apagão' no Maracanã reflete cobiça pelo estádio, diz escritor.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38871511>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BBC NEWS BRASIL. **Dois consórcios vão disputar concessão do Maracanã; entenda.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130411_maraca_atualizado_cq. Acesso em: 2 abr. 2021.

BBC NEWS BRASIL. **Seis meses depois da Olimpíada, Maracanã sofre com descaso e 'apagão'.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38873187>. Acesso em: 31 mar. 2021.

BELSITO, Bruno Gazzaneo. O Procedimento de Manifestação de Interesse/PMI na estruturação de contratos de concessão: exame crítico e propostas de aperfeiçoamento do instrumento no Direito brasileiro. 2015. 316 f. Dissertação

(Mestrado em Direito Público) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CALDAS, Waldenyr. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. *Revista USP*. São Paulo, v. 22, p. 41-49, 1994.

CASTRO, Demian Garcia; FERREIRA, Fernando da Costa. Os megaeventos esportivos e seus impactos no Maracanã: reformas, resistências e reconquistas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 17, p. 135-150, 2019.

DAFLON/PÚBLICA, Rogério. Anatomia de um crime. *Ludopédio*, São Paulo, v. 93, n. 27, 2017.

DAMO, Arlei Sander. Futebol e Estética. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.15, n.03, p.82-91, 2001.

DODEBEI, Vera e WERNECK, Marcela. MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOLIÇÃO DO COMPLEXO DO MARACANÃ. *CONITER 3*. Salvador BA: UCSal, ISSN 2316-266X, n.3, v. 21, p. 47-60, 2014.

EXAME. **Cessão do Maracanã prevê repasses de R\$ 230 mil e aluguel mais barato**. Disponível em: <https://exame.com/negocios/cessao-do-maracana-preve-repasses-de-r-230-mil-e-aluguel-mais-barato/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

FOLHA DE S.PAULO. **Empresa paulista reforma Maracanã**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2809199918.htm>. Acesso em: 5 abr. 2021.

G1.GLOBO. **Metade dos estádios da Copa tem suspeitas de irregularidades, segundo delações da Odebrecht**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/metade-dos-estadios-da->

copa-tem-suspeitas-de-irregularidades-segundo-delacoes-da-odebrecht.ghtml.

Acesso em: 10 fev. 2021.

GAFFNEY, Christopher; MASCARENHAS, Gilmar. **The soccer stadium as a disciplinary space**. Rio de Janeiro, Revista Esporte e Sociedade, n.1, v.1, p. 1-16, nov.2005-fev.2006.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: LP&M, 2004.

GE.GLOBO. **Audiência pública sobre privatização do Maracanã é marcada por protestos**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/11/audiencia-publica-sobre-privatizacao-do-maracana-e-marcada-por-protestos.html>. Acesso em: 8 mar. 2021.

GE.GLOBO. **Flamengo e Fluminense renovam permissão de gestão do Maracanã até fim de abril de 2021**. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/fluminense/noticia/flamengo-e-fluminense-renovam-permissao-de-gestao-do-maracana-ate-abril-de-2021.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

GE.GLOBO. **Maracanã: contrato exige acordo com clubes e cerca de 40 jogos por ano**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-das-confederacoes/noticia/2013/05/maracana-contrato-exige-acordo-com-clubes-e-cerca-de-40-jogos-por-ano.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GE.GLOBO. **Relatório de comissão da Alerj recomendará que concessão do Maracanã a Flamengo e Fluminense não seja renovada**. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/relatorio-de-comissao-da-alerj-recomendara-que-concessao-do-maracana-a-flamengo-e-fluminense-nao-seja-renovada.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2021.

GE.GLOBO. **TCE aponta Maracanã superfaturado em R\$ 67,3 mi e problemas na reforma**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/04/tce-aponta-maracana-superfaturado-em-r-673-mi-e-problemas-na-reforma.html>. Acesso em: 16 mar. 2021.

GERALDINOS. Direção: Pedro Asbeg, Renato Martins. Brasil. Palmares Produções e Jornalismo, Jackeline Filmes, 2015. HD.

HELAL, Ronaldo. Futebol, Cultura e Cidade. **Logos**. Rio de Janeiro, n.5, p.5-7, 1996.

HELAL, Ronaldo; GORDON, Cesar. A crise no futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. **Eco-Pós**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, p. 37-55, 2002.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. Lua Nova, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 22-26, Mar. 1986. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000100004&lng=en&nrm=iso>.

LANCE!. **Da Suderj à Odebrecht: o Maracanã e as idas e vindas entre seus donos**. Disponível em: <https://www.lance.com.br/galeria-premium/suderj-odebrecht-idas-vindas-dos-donos-maracana.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LANCE!. **Flu e Fla renovam termo de cogestão do Maracanã até abril de 2020**. Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-nacional/flamengo-fluminense-assinam-termo-cogestao-maracana-ate-abril-2020.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LANCE!. **Governo x Maracanã SA: perguntas e respostas sobre concessão do estádio**. Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-nacional/perguntas-respostas-que-ainda-nao-tem-resposta-entenda-situacao-entre-governo-maracana.html>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MASCARENHAS, Gilmar. **A mutante dimensão espacial do futebol: Forma simbólica e identidade**. In: Espaço e Cultura, Uerj, RJ, n. 19-20, p. 61-70, 2005.

MASCARENHAS, Gilmar. **Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol**. Cidades. Rio Claro, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. **Pacificação e exclusão: o estádio de futebol na produção da cidade-espetáculo**. Anais do XVI ENANPUR. Belo Horizonte, v. 16 n. 1, 2015.

MÁXIMO, João. Memórias do futebol brasileiro. **Estudos Avançados**. São Paulo , v. 13, n.37, p. 179-188, 1999.

MELO, Erick Silva Omena de; CID, Gabriel da Silva Vidal. **Vida e morte do Maracanã: a batalha do estádio em dois atos**. Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 32, n. 68, p.695-719, Dec.2019. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000300695&lng=en&nrm=iso>.

O GLOBO. **Maracanã já consumiu R\$ 1,2 bilhão em três reformas**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/maracana-ja-consumiu-12-bilhao-em-tres-reformas-7659643>. Acesso em: 5 abr. 2021.

O GLOBO. **TCE do Rio vê superfaturamento em obra do Maracanã para a Copa 2014**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tce-do-rio-ve-superfaturamento-em-obra-do-maracana-para-copa-2014-21050647>. Acesso em: 29 mar. 2021.

O GLOBO. **TCE-RJ aponta superfaturamento nas obras do Maracanã**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/tce-rj-aponta-superfaturamento-nas-obras-do-maracana-12208074>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PPP BRASIL. **PMI e insegurança jurídica**. Disponível em: <http://www.pppbrasil.com.br/portal/content/artigo-pmi-e-inseguran%C3%A7-jur%C3%ADdica>. Acesso em: 5 abr. 2021.

TAVARES, A. B. C. D. O; VOTRE, Sebastião Josué. Estádio do Maracanã: dos alicerces ao colosso do derby. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 258-264, ago./2015. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1376>. Acesso em: 15 mar. 2021.

TAVOLARI, BIANCA. **DIREITO À CIDADE: UMA TRAJETÓRIA CONCEITUAL**.
Novos estud. CEBRAP, São Paulo , v. 35, n. 1, p. 93-109, Mar. 2016 . Disponível
em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000100005&lng=en&nrm=iso.

TRIVELA. **Como o futebol moldou a identidade cultural do brasileiro**. Disponível
em: <https://trivela.com.br/brasil/como-o-futebol-moldou-a-identidade-cultural-do-brasileiro/>. Acesso em: 8 fev. 2021.